

TRIBUNA

INDEPENDENTE

tribunahoje.com



TV TRIBUNA

Campanha católica destaca responsabilidade ecológica

Padre Tito explica a escolha do tema para a Campanha da Fraternidade e como a Igreja Católica propõe reflexões sobre o comportamento humano para com o meio ambiente. **PÁGINA 11**



JUSTIÇA DECIDE QUE IDOSOS NÃO PAGAM MAIS ÔNIBUS EM MACEIÓ

O transporte público agora é gratuito para pessoas com 60 anos ou mais em Maceió, conforme decisão judicial definitiva obtida pela Defensoria Pública de Alagoas. A gratuidade passa a ser assegurada mesmo sem a emissão de um cartão específico, bastando a apresentação de qualquer documento pessoal que comprove a idade, conforme lei municipal de 2019, que institui a Política Municipal da Pessoa Idosa. Antes dessa decisão, a gratuidade beneficiava apenas pessoas com 65 anos e com apresentação de cartões específicos. **PÁGINA 9**

Justiça suspende obra de parque aquático em terra de indígenas

Área reivindicada pela nação Xukuru-Kariri foi comprada de um posseiro pela prefeitura de Palmeira dos Índios

Nova decisão da Justiça Federal, desta vez da juíza Camila Monteiro Pullin, da 8ª Vara em Arapiraca, suspendeu as obras do parque aquático que está sendo construído em terra da nação indígena Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios. A magistrada acolheu os argumentos do MPF e da Funai e determinou que a

prefeitura do município e a empresa construtora cessem as obras de imediato. O caso é considerado por muitos como bastante estranho, pelo fato de a prefeitura ter adquirido o terreno de um posseiro por R\$ 1 milhão e cedido logo depois a um grupo privado para a construção do parque aquático. **PÁGINA 9**

72% dos alagoanos aprovam ações da Segurança Pública

A Segurança Pública de Alagoas é aprovada por 72% dos alagoanos, segundo pesquisa do Instituto Ibrape. Foram ouvidas 2.626 pessoas em 52 municípios. Para 27%, a situação melhorou, enquanto 45% consideraram que o setor se mantém estável. Para o governo, o reconhecimento é fruto dos investimentos feitos na área, que passam dos R\$ 640 milhões. **PÁGINA 7**

AGÊNCIA ALAGOAS



Operações contra a criminalidade realizadas pelas polícias estaduais têm apoio da grande maioria da população alagoana



Presidência pelo reitor Josealdo Tonholo, sessão na universidade rendeu homenagem póstuma a alunos mortos pela ditadura

UFAL DIPLOMA ESTUDANTES VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR

Em sessão solene do Conselho Universitário, da Ufal, foram diplomados ontem, de forma póstuma, três estudantes da instituição que foram perseguidos, torturados e mortos pela ditadura militar: Gastone Beltrão, Dalmo Lins e Manoel Lisboa. O evento reforçou a importância da preservação da memória histórica para que os horrores do regime ditatorial não se repitam. **PÁGINA 2**

RIO LARGO

Prefeito consegue medida liminar contra tentativa de golpe contra seu mandato

PÁGINA 3

FELIZ DESERTO

Moradores contestam vistoria da Defesa Civil nas casas com rachaduras

PÁGINA 5

SUPREMO

Dino suspende "emendas Pix" para universidades em 8 estados, inclusive Alagoas

PÁGINA 7

SAÚDE

Vacina contra Influenza estará disponível ao público-alvo na 2ª feira

PÁGINA 10



JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E
Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas - Tribuna
Independente - CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 - José Paulo
Gabriel dos Santos - CPF Nº 087.567.594-87



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br

TRIBUNAHOJE.COM



ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br



Gafe ambiental



O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, cometeu um erro que gerou desconforto em sua passagem por Campo Grande (MS) na última quinta-feira (27). Durante o lançamento do Pacto Pantanal, ele apelou publicamente para que autoridades presentes, incluindo o anfitrião do evento, governador Eduardo Riedel (PSDB), não aceitassem derrogações (retirada de rochas) no leito do rio Paraguai, pois isso "condenaria o Pantanal". O projeto de concessão da hidrovia, que é do próprio Governo Federal, não prevê nenhuma derrogação, apenas dragagens de areia de certos pontos do rio. Coube ao secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, Jaime Verruck, desfazer a confusão para os jornalistas presentes após a fala de Capobianco e defender o projeto, que amplia a arrecadação do Estado.

BRB E MASTER

O presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, diz à Coluna que a operação de compra do Master vai garantir as operações em CDB com as taxas sobre CDI que passaram de 120%, negociadas bem acima da praxe no meio bancário. "Todas as captações feitas pelo Master serão mantidas; haverá uma sinergia e vamos renegociar os papéis nos vencimentos com quem se interessar nas taxas ajustadas com as quais o BRB trabalha".

O AMOR NO ZAP

Um festival de gargalhadas tomou o ambiente político do Rio de Janeiro. É que vazaram em grupos de whatsapp do Poder vídeos e fotos de um deputado carioca trocando juras de amor com um traficante do complexo da Maré. As cenas de uma ligação de telefone em vídeo entre eles são impubescíveis. Ah, deputado danadinho...

A BANCA DE 2026

Deputados, senadores e governadores que miram as eleições de 2026 têm corrido ao escritório da banca Pinheiro e Penafort, no Lago Sul, em Brasília. Comandado pelos sócios Alano e Sérgio Pinheiro, William Penafort e Adriano Borges, o grupo tem se destacado entre os políticos pelas experiências adquiridas em campanhas de repercussão nacional e também nos tribunais superiores.

EIKE GANHA UMA

Eike Batista obteve uma vitória na Justiça. A 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro autorizou assembleia geral extraordinária convocada pelo empresário para escolher a nova diretoria da OSX Construção Naval. A empresa está em recuperação judicial. O despacho foi assinado dia 26 de março. Ele pode indicar advogados para representar a OSX na AGE dos credores. E fiscalizar os atos do gestor judicial a partir do Conselho.

SENADORES "ESPIÕES"

Este ano, a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso caberá ao deputado Filipe Barros (PL-PR), mas um grupo de senadores, com o suporte da Consultoria Legislativa do Senado, trabalha para controlar o Colegiado. A ideia é deixar Barros como uma "Rainha da Inglaterra". Ele presidirá a Comissão, mas até um consultor legislativo mandará mais.

ESPLANADEIRA

#Midiã Noelle lança hoje livro sobre comunicação antirracista, em Brasília.

#Prudential do Brasil lança seguro prestamista para cartão de crédito com o Mercado Pago.

#Baxter Kidney Care no Brasil agora faz parte da Vantive, empresa de terapia para órgãos vitais.

#MDA e CAIXA firmam acordo para recuperar áreas degradadas via agricultura familiar.

#Pesquisa: OIV informa que consumo de vinho cresceu 11,6% entre 2022 e 2023, 2º maior aumento global.

#K'dea Construtora lança a Revista Kdea 360 dia 7/4, abordando construção a seco e modular.

Com equipe DF, SP e Nordeste
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br Twitter @leandromazzini

Ufal diploma estudantes vítimas da ditadura militar

Ato de reparação histórica foi aprovado pelo Conselho Universitário e contou com presença dos familiares

THAYANNE MAGALHÃES
REPORTER

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) realizou ontem (1º), uma sessão solene do Conselho Universitário (Consuni) para diplomar, de forma póstuma, três estudantes da instituição que foram perseguidos, torturados e mortos pela ditadura militar (1964 e 1985): Gastone Beltrão, Dalmo Lins e Manoel Lisboa. O evento, que contou com a presença de familiares, autoridades acadêmicas e militantes dos direitos humanos, reforçou a importância da preservação

da memória histórica para que os horrores do regime ditatorial não se repitam.

Entre os homenageados, destacou-se a história de Manoel Lisboa, aluno da Ufal e militante da luta pela democracia. "Manoel foi um homem à frente de seu tempo, culto, inteligente e de uma extrema sensibilidade social. Deu sua vida pela liberdade e pela construção de um país mais justo", declarou Iracilda Lima, sobrinha do estudante e conselheira universitária.

Outro homenageado, Dalmo Lins, teve sua trajetória de luta destacada pelo

jornalista Ênio Lins, primo do ex-estudante de Direito da Ufal. "Dalmo foi expulso da universidade sob acusação de subversão. Mais tarde, ingressou na Aliança Libertadora Nacional (ALN) e sofreu torturas brutais que comprometeram sua saúde mental, levando-o ao suicídio em 1971", relatou Ênio.

A homenagem também se estendeu à alagoana Gastone Beltrão, nascida em Coruripe, que ingressou na Ufal em 1968 e se tornou militante da ALN. "Ela enfrentou a ditadura com coragem e determinação. Mesmo jovem, tinha plena



Ato solene na Ufal teve momentos de reflexão, memória, resistência e apoio contínuo à democracia

consciência de sua luta. A universidade, ao resgatar sua memória, reafirma seu compromisso com a justiça histórica", afirmou Tomaz Beltrão, engenheiro civil e parente da homenageada.

A solenidade também teve um momento de reflexão sobre a importância da memória e da resistência. "Eventos como este nos lembram que a história não pode ser esquecida. Preci-

samos reforçar os valores democráticos e impedir que discursos autoritários voltem a ganhar espaço", afirmou o reitor da Ufal, Joseal do Tonholo.

A sessão foi marcada por forte comoção entre os pre-

sentes, reafirmando a relevância da iniciativa para a preservação da história e o compromisso da Ufal com a democracia e os direitos humanos. "Este é um ato de reparação, mas também de reafirmação de nossa história de resistência", concluiu Iracilda Lima. "Que a memória de todos que lutaram contra o regime inspire as novas gerações a defenderem, sempre, a liberdade."

Comissão da Verdade revela perfil dos alvos no período de 1964

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

As vítimas da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 tinham em média 33 anos, viviam em sua maioria nas capitais e eram participantes de alguma organização política. Um terço era de estudantes.

Os dados são de um perfil dos mortos e desaparecidos políticos do regime militar divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na última segunda-feira (31), data que marca os 61 anos do golpe militar de 1964.

O observatório da pasta analisou dados do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que funcionou entre 2012 a 2014. A pesquisa considera o período de 1946 a 1988 — isso porque, antes de 1964, 12 assassinatos políticos ocorreram devido à truculência

do Estado.

Oficialmente, o governo brasileiro reconhece que 434 pessoas foram mortas ou dadas no período, incluindo o regime militar. Esse número leva em conta somente quem se opôs e militou politicamente contra os governos autoritários do período.

Segundo a análise, a média de idade das vítimas era de 32,8 anos. A maioria (77,4%) tinha entre 18 e 44 anos, sendo que quase metade estava na faixa etária de 18 a 29 anos. Cinco das vítimas estavam na faixa etária de 12 a 17 anos e uma criança de menos de um ano de idade foi morta.

O documento também aponta que das 434 vítimas, 51 eram mulheres, representando 11,8% do total; ao menos 27 dos mortos eram militares ou ex-militares; os assassinatos ocorreram principalmente nas capi-

tais, concentrando 62,7% das mortes. Em todo o país, os crimes foram registrados em 15 estados e no Distrito Federal. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram os principais centros de repressão, somando 47,2% das mortes, enquanto os estados de São Paulo e Rio de Janeiro juntos concentraram 49,5% dos casos; 82,5% das vítimas eram ligadas a alguma organização política e 37% associada a algum partido político; e 32,3% dos assassinados eram estudantes e 13,1% operários de diversos setores.

"Os jovens, principalmente os universitários, eram os responsáveis por organizar passeatas, entregar panfletos e se reunir para discutir a democracia. Por isso, eram enxergados pelo Estado como ameaças, caso os movimentos não fossem reprimidos", disse Eneá Almeida, presidente



Ministério dos Direitos Humanos analisou dados da Comissão Nacional da Verdade

da Comissão de Anistia.

Segundo o MDHC, 351 casos de mortes e desaparecimentos, ou 80,8% do total, ocorreram após a instituição do Ato Inconstitucional 5. Na ocasião, o governo restringiu as atividades no Congresso Nacional e restringiu a liberdade de expressão, imprensa e associação.

O AI-5 foi um dos principais instrumentos de repressão utilizados pela ditadura militar brasileira e teve um impacto profundo na história do país.

"Até dezembro de 68, muita gente acreditava que a ordem seria estabelecida e que o governo autoritário sairia do poder. Com a instituição do AI-5, a população tomou conhecimento que as repressões iriam aumentar, por isso as pessoas passaram a engajar mais nos movimentos sociais", afirmou Eneá.

TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO "RUGE!"

@eniolins.tribuna.com



ONTEM, A UFAL cravou mais um êxito em sua missão precípua: Educar. Ensinar é enfrentar as barreiras da ignorância e do preconceito, é estabelecer a capacidade de enxergar através das névoas da desinformação; é civilizar no nível superior, formar pessoas para a vida em seu sentido mais amplo, humano, e não apenas técnico.

AO DIPLOMAR POSTUMAMENTE

três de seus alunos mortos pelo Regime Militar, a UFAL ministrou uma aula magna memorável sobre democracia, cidadania, história e humanismo. Cumpre, assim, sua atribuição básica de educar – e no nível superior. Uso aqui o conceito "aula magna" no seu sentido de "grande importância", "relevância maior", e não como "aula inaugural" – até porque a Universidade Federal de Alagoas, há tempos, ministra lições nesta temática histórica. Relembro que, quando de seu cinquentenário, homenageou



seus docentes e discentes perseguidos pela Ditadura. O gesto de ontem nos ensina, simultaneamente, coragem e civismo.

GASTONE LÚCIA, DALMO LINS, MANOEL LISBOA foram mártires. Entregaram suas vidas à causa da luta contra uma ditadura militar desonesta e violenta, no específico; e contra as injustiças sociais, no geral. Acertando ou errando em suas táticas, insurgiram-se contra

um regime espúrio e de terror, revoltaram-se contra o assalto cometido a mão (muito) armada pelos golpistas de 64 contra os direitos sociais, econômicos e políticos da maioria (desfavorecida) da população brasileira. Ousaram exercer o direito da autodefesa contra um inimigo gigantesco superior. Gastone, Dalmo e Manoel foram detidos vivos e, pelas leis impostas pela ditadura, deveriam responder pelas acusações segundo a legislação imposta pelos próprios golpistas. Mas não. Foram executados pelos métodos mais cruéis – vítimas de penas estranhas à própria lei, mesmo infame, daquela época.

EXISTIA A PENA DE MORTE, sim. Penalidade enfiada, em 5 de setembro de 1969, através do AI-14 (Ato Institucional nº 14), modificando o artigo 150 da ignóbil "constituição" de 1967, com a introdução das penas de prisão perpétua, e de morte. O dispositivo vigorou até 1978, mas mesmo draconiano, exigia – pela "lei" do Regime Militar – as formalidades de uma acusação, processo e julgamento. Este rito foi seguido apenas no caso do jovem ativista Theodomiro Romeiro dos Santos, menor de 18 anos, condenado ao fuzilamento (reagiu a seus sequestradores e matou um deles), em decisão do Conselho de Justiça da Aeronáutica, na Bahia, em 1971. Pena posteriormente comutada para prisão perpétua.

Mas, à margem de quaisquer leis, foram executadas, no mínimo, 434 pessoas durante o período autoritário. Gastone, Dalmo e Manoel não foram sentenciados à morte por nenhum tribunal, simplesmente foram trucidados. José Dalmo Guimarães Lins, aos 34 anos de idade, torturado e levado ao suicídio; Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, de 22 anos, recebeu vários disparos e um tiro de misericórdia na testa; Manoel Lisboa de Moura, com 29 anos, sofreu torturas selvagens até morrer.

NAS DITADURAS É ASSIM: nem as leis ditatoriais são cumpridas. Vigora a barbárie e o banditismo, apoiados em quatro pilares da estupidez: covardia, sadismo, assassinio, impunidade. Essa foi a regra, no Brasil, entre 1º de abril de 1964 e 15 de janeiro de 1985. Ao reintegrar e diplomar postumamente três estudantes excluídos de seu corpo discente, posteriormente mortos, por ações do Regime Militar, a UFAL ensina que a História e a verdade não são descartáveis, que a reparação é valor perene, que a coragem é atributo da civilidade, e que a Democracia é um patrimônio do qual não se abre mão. Parabéns ao Conselho Universitário da UFAL, parabéns às professoras Iracilda Lima e Emannelle Rodrigues, parabéns ao Reitor Josealdo Tonholo e toda equipe. Uma aula para ficar nos anais e jamais ser esquecida.

Liminar garante Pedro Carlos à frente da Prefeitura de Rio Largo

Prefeito obtém decisão judicial favorável e reitera que está sendo alvo de trama golpista no município

EMANUELLE VANDERLEI
COLABORADORA

Está cada vez maior a repercussão sobre os últimos acontecimentos na política do município de Rio Largo. Autoridades políticas, policiais e judiciárias se posicionaram ontem (1), sobre o assunto. O governador Paulo Dantas (MDB), recebeu o prefeito Pedro Carlos (PP) no Palácio, bem como a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) publicou nota de solidariedade ao gestor municipal.

Em decisão liminar proferida pelo juiz Guilherme Bohm, a medida de segurança impedida foi deferida, reconduzindo o prefeito e vice-prefeito aos seus cargos.

"Tendo o prefeito se manifestado com tanta antecedência, e por diversos meios, sobre a possibilidade de ser apresentado um falso termo de renúncia (ou melhor, termo ideologicamente falso), caberia à Câmara de Vereadores averiguar a sua autenticidade e a verdadeira vontade do titular do mandato eletivo, solicitando, inclusive, a sua presença na sessão legislativa, o que não foi feito. Há fortes indícios de tentativa de violação da soberania popular. Logo, entendendo provável o direito dos impetrantes, que estão nos cargos por escolha soberana do povo, único detentor de todo poder [soberania popular], cuja vontade deve ser respeitada [parágrafo único do art. 1º



Prefeito Pedro Carlos exonerou o ex-prefeito Gilberto Gonçalves e acionou o Poder Judiciário após ter sido alvo de renúncia na Câmara

da Constituição da República Federativa do Brasil). Decisão em sentido contrário fragilizaria de forma injustificável a Democracia e o Estado Democrático de Direito", diz o texto da liminar.

Ainda na terça-feira (1), o prefeito Pedro Carlos reiterou que seguirá no mandato, além de reforçar que está sendo alvo de uma tentativa de golpe. O gestor também tem agradecido a solidariedade de gestores municipais e até do senador Renan Calheiros (MDB).

A Polícia Civil de Alagoas, por sua vez, deu início às investigações. Em vídeo enviado à imprensa, os delegados Igor Diego e José Carlos, da Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Draco), esclarecem que foram designados ao caso. "O delegado geral da Polícia Civil, Dr. Gustavo Xavier, determinou a constituição de uma comissão formada por mim e pelo delegado José Carlos, para apurar os fatos que vem ocorrendo na cidade de Rio Largo. O objeti-

vo da nossa investigação é verificar a falsidade das cartas renúncias que foram apresentadas e lidas pelo presidente da câmara de vereadores daquele município", disse Igor Diego.

Eles informaram estar trabalhando em conjunto com o Ministério Público Estadual. Que reforçou a informação através de nota. "A partir da instauração do inquérito policial, que está sendo presidido pelo delegado José Carlos André dos Santos, o Ministério

Público está em diálogo permanente com a Polícia Civil, por meio do procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, da promotora de Justiça Louise Teixeira (2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo/Defesa da Probidade Administrativa) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Essa atuação conjunta visa a implementação de toda e qualquer medida necessária para elucidação do fato, bem como a responsabilização dos seus autores".

TEOTÔNIO Codevasf moderniza sistema de água

Cerca de R\$ 30,4 milhões estão sendo investidos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e pela Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela para reforço e ampliação do atual sistema de abastecimento de água da cidade. Quando concluído, o novo abastecimento será operado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município e deve ampliar o acesso à água tratada pela população de Teotônio Vilela, beneficiando mais de 44 mil pessoas.

O atual sistema de Teotônio Vilela está em operação há mais 20 anos e não consegue mais atender a demanda de toda população do município em função das dificuldades de vazão, sendo necessário investimentos que promovam a modernização e a ampliação da infraestrutura hídrica. Para isso, estão sendo executadas obras de atualização na captação de água, no tratamento, na reservação e também na distribuição até as residências.

Para execução das obras, a Codevasf firmou dois convênios com a prefeitura municipal. O primeiro trata da ampliação e de melhorias no sistema de abastecimento de água do município com recursos de R\$ 10,3 milhões dos Programas de Implantação de Infraestrutura para Segurança Hídrica e de Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da Codevasf - Nacional. Há ainda a contrapartida da prefeitura municipal no valor de R\$ 10,4 mil.

O superintendente regional da Codevasf em Alagoas, João Paulo Tavares, revela que a Companhia vem investindo fortemente em projetos estruturantes em diversos municípios alagoanos para levar acesso à água tratada em qualidade e quantidade, especialmente por meio de convênios com os municípios.

Presidente da Câmara diz ter agido corretamente

Apesar de não ter aparecido publicamente em nenhum dos acontecimentos do dia, o nome do ex-prefeito Gilberto Gonçalves foi associado à crise. Ele apoiou a eleição do atual prefeito, iniciou a gestão como secretário geral do município e era visto quase como um prefeito honorário, mas nos últimos

dias os dois romperam publicamente. Em coletiva à imprensa na tarde de segunda-feira (31/3), Carlos informou que Gilberto havia sido exonerado através de portaria com efeito imediato.

Até o fechamento desta edição, o ex-prefeito não se pronunciou sobre o assunto referente à exoneração.

Ainda ontem (1), o presidente da Câmara de Rio Largo, Rogério Silva (PP), teve acesso à decisão judicial que garante o prefeito Pedro Carlos no comando da gestão municipal, disse estar ofendido, e chamou o prefeito de "fantoche".

"Diante do conteúdo absolutamente criminoso das manifestações amplamente

divulgadas na internet nas quais o ex-prefeito de Rio Largo ofende a minha honra porque cumpri a lei, necessário se faz prestar esclarecimentos à população, revelando a irresponsabilidade sem precedentes do comportamento empreendido por um fantoche que não possui nenhum serviço prestado à comunidade, até

porque sempre residuiu em outro e distante município, e que somente foi eleito porque indicado por antecessor detentor de considerável aprovação, circunstância que inclusive o levou a se prestar ao deprimido e ridículo papel da imitação, usando, durante a campanha, as mesmíssimas vestimentas". (E.V.)

Fórum debate melhoria nas creches em Maceió

Foram discutidos a prevenção à violência no ambiente escolar, promoção de segurança e as unidades educacionais "Gigantinhos"

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ACESSORIA

Em sua terceira reunião desde que foi instituído, o "Educar e Proteger", o Fórum de Garantia à Educação e Infância promoveu, na segunda-feira (31/3), um debate sobre prevenção à violência no ambiente escolar, promoção de segurança e melhorias nas creches "Gigantinhos". O encontro ocorreu na sede do Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL), no bairro Poço, em Maceió.

Na oportunidade, os promotores e Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, coordenador do Núcleo de Defesa da Educação, Gustavo Arns da Silva Vasconcelos, integrante do Núcleo de Defesa da Infância e Ju-

ventude, Alberto Tenório Vieira, titular da 44ª Promotoria de Justiça da Capital, Shanya Maria de Espíndola Dantas, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, e a analista jurídica Carine de Carvalho Agra, que representam o Ministério Público no fórum, além da a procuradora do Trabalho Cláudia de Mendonça Braga Soares, do MPT, puderam levantar as principais questões tratadas pelo grupo.

"Também fortalecemos o diálogo com as Polícias Militar e Civil a respeito da segurança e das medidas preventivas adotadas em relação ao ambiente escolar", ressaltou o promotor de Justiça Gustavo Arns, destacando ainda as tratativas sobre o Programa Vem que

“

Também fortalecemos o diálogo com as Polícias Militar e Civil a respeito da segurança e das medidas preventivas adotadas em relação ao ambiente escolar”

GUSTAVO ARNS
Promotor de Justiça



Representantes do Fórum Educar e Proteger e o MP Estadual trataram sobre violência nas escolas na capital

Dá Tempo, voltado para facilitar o acesso à educação de jovens e adultos, e o fortalecimento do sistema de comunicação entre as redes Estadual e Municipais com a participação do Conselho Estadual de Educação.

A respeito das creches "Gigantinhos", situadas na capital, o promotor esclareceu que existem três procedimentos no MP/AL para investigação das condições

dessas unidades. Na reunião do fórum, elas foram uma das pautas.

"Foi uma ocasião em que contamos com a participação do Ministério Público do Trabalho para tratar da situação dos trabalhadores dessas creches e seus sindicatos", apontou.

Ao final da reunião, ocorreram alguns encaminhamentos. São eles: será realizada a inclusão da União

Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação de Alagoas (Undime) no Grupo Observatório, a respeito da segurança nas escolas de Alagoas; haverá uma aproximação entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria Estadual de Educação para adequação do Protocolo de Segurança nas Escolas com a visão da Segurança Pública, como determina a legislação.

Oposição se reúne com Motta para avançar com o PL da Anistia

EDITORIA DE POLÍTICA
COMAGÊNCIAS

Deputados que fazem oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniram ontem (1º) com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em mais um esforço para tentar avançar o projeto de lei que dá anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023.

O líder do PL na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ), e o primeiro vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes (RJ), chegaram à residência oficial de Motta ainda antes da hora do almoço.

Eles, assim como outros parlamentares, tentam convencer Motta a receber outros líderes de oposição e do Centrão para discutir o rito de tramitação do texto na Câmara – e a possibilidade de levar o tema ao plenário o quanto antes.

"Ele [Hugo Motta] está conversado com os outros li-

deres para decidir. Enquanto ele decide, o PL estará em obstrução", afirmou Sôstenes por mensagem ao deixar a residência oficial.

Segundo o líder, Motta não deu prazo para uma eventual decisão sobre o futuro do projeto.

Hugo Motta recebeu o apoio tanto do governo Lula quanto da oposição na eleição para comandar a Câmara, no início do ano. No debate da anistia, ambos os lados vêm citando esse apoio para defender suas posições.

Quando estão em obstrução, os deputados usam uma série de instrumentos para atrasar ou impedir os trabalhos no Congresso. Por exemplo: se recusar a registrar presença (para dificultar o atingimento do quórum mínimo), pedir a palavra sucessivas vezes, recusar votações simbólicas e requerer o adiamento dos debates.

Mais cedo, antes da reunião com Motta, deputados

se reuniram na casa do líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS). O ex-presidente Jair Bolsonaro participou do encontro.

Ainda como parte da "pressão" para pautar o PL da Anistia, a oposição pretende reunir familiares dos presos no Congresso, até o fim da semana, e manter a obstrução até que o requerimento de urgência seja pautado.

O projeto chegou a ser encaminhado no ano passado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), como o primeiro passo de uma tramitação regular.

Temendo a repercussão negativa da proposta, o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), definiu que o texto deveria sair da CCJ e passar, em vez disso, por uma comissão especial – que, apesar de prevista, nunca foi instalada de fato.

O PL da Anistia está agora, portanto, numa espécie de "limbo" na Câmara.



Sôstenes Cavalcante, que lidera o Partido Liberal na Câmara, diz que a legenda pretende obstruir pautas

Proposta pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal



STF pode ser acionado em caso de aprovação do projeto pelo Congresso

Sobre as discussões do projeto de lei que concede anistia a condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro para virar lei, o projeto precisa ser votado tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, além da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se houver veto, ele passa por nova avaliação do Congresso Nacional, que pode manter ou derrubá-lo.

Enquanto parlamentares alinhados ao ex-presidente buscam votos para o texto na Câmara, no Senado, o presidente Davi Alcolumbre (União - AP), já disse recentemente que a anistia não é um assunto que esteja na agenda da população brasileira.

De qualquer forma, se a anistia for aprovada e entrar em vigor, ela pode ainda ter sua validade questionada no STF.

CENÁRIOS

Anistia é o perdão concedido pelo Estado a determinados crimes. O efeito para os acusados é a chamada extinção da punibilidade, ou seja, quem for beneficiado não mais responderá pelo delito. Destina-se, em regra, a crimes políticos (podendo, excepcionalmente, atingir crimes comuns). A anistia pode ser aplicada mesmo antes de uma condenação penal. Quando já houve a condenação, alcança efeitos penais (reincidência, por exemplo), mas não os civis (reparação de danos, por

exemplo). Nem todos os delitos podem ser anistiados, já que a Constituição impõe limites ao benefício. Não podem ser alvo deste tipo de perdão crimes de tortura, tráfico ilícito de drogas, terrorismo e crimes hediondos.

Pela Constituição, é atribuição do Congresso Nacional aprovar projeto de lei concedendo o benefício, que deve ser geral. A lei passa por sanção ou veto do presidente da República.

Outras formas de perdão – como graça e indulto – dependem de decreto do presidente da República.

A tramitação é a de um projeto de lei, ou seja, com andamento na Câmara (comissões e plenário) e no Se-

nado (comissões e plenário). Um pedido de urgência, se aprovado, pode levar a proposta direto ao plenário, sem a necessidade de votação nas comissões.

Uma vez apreciada a proposta nas duas Casas, ela segue para sanção ou veto do presidente da República. O presidente tem 15 dias úteis para avaliar. Pode sancionar, o que transforma o texto em lei e viabiliza o benefício. Pode vetar, considerando o tema inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Se houver veto, o projeto volta ao Congresso Nacional que, em sessão conjunta, avalia se derruba ou mantém o entendimento do presidente. (E.P. com agências)

Feliz Deserto: Defesa Civil é contestada

Moradores de casas com rachaduras citam ausência de critérios técnicos e metodológicos claros e coerentes em vistorias

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

Os moradores contestam a vistoria da Defesa Civil do Estado nas casas com rachaduras em Feliz Deserto.

O documento contestando o laudo assinado pelas Defesas Civil do Estado e do Município de Feliz Deserto foi encaminhado ontem à Procuradoria da República em Alagoas. De acordo com a assessoria de comunicação do Ministério Público Federal, as procuradoras receberam a contestação do laudo da Defesa Civil do Estado mas ainda não se pronunciaram a respeito.

Em um aditivo ao procedimento investigativo sobre as consequências da extração de areia de praia em Feliz Deserto, os moradores do Loteamento Paraíso do Sul contestaram a Vistoria Técnica da Defesa Civil de Feliz Deserto e do Estado de Alagoas, realizada em 19/03/2025, no âmbito do procedimento aberto para investigar as rachaduras nas casas dos moradores das proximidades do canteiro de operações da Geominação, que explora areia no município para fornecer o produto à Braskem. A areia é usada no tamponamento das minas de sal-gema desativadas em Maceió.

No documento, os mora-

dores do Loteamento Paraíso do Sul e os Movimentos Signatários da Denúncia da Extração Predatória de Areia pedem ao MPF para aditar a notícia de fato e contestar a vistoria técnica realizada pela Defesa Civil do Estado de Alagoas e do Município de Feliz Deserto, com o objetivo de apurar os impactos da extração predatória de areia pela empresa Geominação. No documento, os moradores e lideranças do movimento apontam os erros e irregularidades na vistoria técnica.

Segundo eles, a vistoria realizada apresenta vários elementos que comprometem sua credibilidade e imparcialidade, contrariando normativas e boas práticas estabelecidas pela Defesa Civil Nacional e demais instituições de engenharia e segurança estrutural. Dentre os principais problemas identificados, destacam-se a ausência de critérios técnicos e metodológicos claros e coerentes.

Além disso, não foram apresentadas evidências de que a vistoria seguiu protocolos padronizados de análise estrutural e geotécnica, como preconizado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012) e pelas diretrizes do Manual de Diagnóstico de Riscos e Danos da Defesa Civil Nacional.

Os signatários do documento encaminhado ao

MPF, questionam a escolha direcionada de imóveis vistoriados.

“A Defesa Civil se dirigiu diretamente à casa de um morador que nunca havia relatado rachaduras, enquanto negligenciou imóveis cujos proprietários haviam registrado danos estruturais de forma documentada”, reclamaram.

CONFLITO DE INTERESSES

Os moradores alegam também conflito de interesses entre os agentes da Defesa Civil e a empresa que explora areia de Feliz Deserto. Segundo consta no documento, o geólogo Oswaldo de Araújo Costa Filho, visto no local antes da vistoria, é proprietário da Geominação, empresa responsável pela extração de areia na região.

A secretária de Proteção e Defesa Civil de Feliz Deserto, Patrícia Soares de Araújo Lessa, é esposa do vereador Josan Ferreira Lessa, que detém uma área de mineração de argila.

O Coordenador Estadual da Defesa Civil de Alagoas, Tenente Moisés Pereira de Melo, é amigo próximo de Patrícia Soares.

Foi relatado que, no dia da vistoria, Oswaldo de Araújo Costa Filho e outro homem foram vistos saindo do carro do vereador Josan, indicando influência indevida no processo.



DIVULGAÇÃO

Houve, ainda, alegação de conflito de interesse entre agentes da Defesa Civil e empresa que explora areia

Moradores vão ao Ministério Público Federal para invalidar vistoria

DIVULGAÇÃO



Comunidade esperava relação de retirada de areia com rachaduras

Os moradores reclamam também da falta de transparência e registro documental, que deu base ao laudo da vistoria.

“Não foram apresentados relatórios preliminares aos moradores afetados.

Nenhuma informação sobre instrumentos de medição utilizados (como fissurômetros e inclinômetros) foi divulgada. Além disso, nenhuma comprovação foi fornecida sobre a qualificação dos técnicos responsáveis pela vistoria”, argumentaram os moradores.

Para eles, o laudo deveria relacionar as rachaduras com a extração de areia. Até porque, antes da retirada da areia, as casas não apresentavam rachaduras.

“De acordo com as diretrizes da Defesa Civil Nacional e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), uma vistoria técnica confiável para avaliação de danos estruturais e possível relação com a extração mineral deve incluir:

Análise geotécnica detalha-

da, com medições sísmicas e estudos sobre subsidência do solo.

Medição da evolução das rachaduras, utilizando equipamentos adequados e acompanhamento periódico.

Levantamento histórico das condições estruturais dos imóveis afetados, com documentação fotográfica e relatórios comparativos.

Participação de peritos independentes, sem ligação com as partes interessadas.

Consulta pública com os moradores afetados, garantindo que todos os imóveis sob risco sejam analisados.

Emissão de laudo conclusivo com metodologias e dados transparentes, conforme normativas da ABNT (NBR 13.752/1996 sobre Inspeção Predial e NBR 15.575/2013 sobre Desempenho de Edificações”, argumentaram os signatários do documento.

Eles também destacaram a necessidade de novos estudos complementares, para assegurar uma avaliação justa e

embasada tecnicamente sobre os danos estruturais causados pela mineração de areia. Nesse sentido, eles solicitaram que sejam realizados os seguintes estudos independentes:

Análise sísmica e de vibração do solo, conforme normas técnicas da ABNT.

Estudo hidrogeológico, para verificar se a extração de areia tem alterado o lençol freático, afetando a estabilidade do solo.

Relatório de risco geotécnico, com modelagem tridimensional do terreno.

Monitoramento de fissuras e recalques em longo prazo, com aferição regular por técnicos independentes.

PROVIDÊNCIAS

Diante das falhas e possíveis irregularidades apontadas, os moradores solicitaram ao Ministério Público Federal que considere a vistoria realizada em 19/03/2025, por evidente suspeição de parcialidade e violação dos princípios da Defesa Civil. Eles exigem a realização de uma nova vistoria técnica, conduzida

por profissionais independentes, com metodologia transparente e laudos publicamente acessíveis.

Pedem também que o MPF acompanhe a investigação sobre possível interferência de agentes políticos e empresariais na vistoria.

“Diante da gravidade dos fatos, aguardamos resposta urgente e providências concretas para garantir a segurança e os direitos dos moradores afetados”, concluem os moradores do Loteamento Paraíso do Sul e os integrantes dos movimentos signatários da denúncia da extração predatória de areia em Feliz Deserto. Foi com base nessa denúncia que o MPF mandou suspender a extração de areia no município do Litoral Norte de Alagoas.

OUTRO LADO

A reportagem da Tribuna Independente entrou em contato com o coordenador da Defesa Civil do Estado, coronel Moisés, para saber como ele recebeu a contestação da vistoria, mas ele não deu retorno. (R.R.)

Brasil descarta cerca de 4 milhões de toneladas de resíduos têxteis por ano

Cerca de 4 milhões de toneladas de resíduos têxteis são descartados a cada ano pelos domicílios brasileiros. Só no ano passado, cada residência do país descartou em torno de 44 quilos de roupas e calçados.

O dado foi divulgado pela consultoria internacional S2F Partners, um hub de inteligência especializada em gestão de resíduos e economia circular.

“Ao contrário de outros segmentos que estão encaminha- dos no processo da coleta seletiva, o setor têxtil precisa incorporar alguma iniciativa nesse sentido”, diz

Carlos Silva Filho, sócio da S2F Partners e membro do Conselho da Organização das Nações Unidas (ONU) para temas de resíduos.

Há ainda muitos desafios diante das características de alguns tecidos, que podem levar de cinco a dez anos, e outros que podem demorar centenas de anos para se decompor”, explica.

Considerando o universo total de descartes, cada brasileiro jogou fora cerca de 382 quilos de materiais em 2023, sendo que a maior parte desses resíduos eram

de fração orgânica (45,3%), seguido pelo de resíduos secos (33,6%). Os resíduos têxteis, couros e borrachas representaram 5,6% desse total, somando cerca de 4,6 milhões de toneladas no ano.

Atualmente se estima que o setor têxtil seja responsável por entre 2% e 8% das emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo e consuma cerca de 215 trilhões de litros de água de por ano, o que equivale a cerca de 86 milhões de piscinas olímpicas.

Segundo Silva Filho, a chamada fast fashion, que é a produção em larga escala

de roupas com preços baixos e rápida rotatividade, está levando as pessoas a comprar mais, mas usar por menos tempo, com um custo de US\$ 460 bilhões por ano.

“Quando se observa a quantidade de resíduo têxtil descartado nos lares, acende-se a luz vermelha de que é necessário pensar em ações prioritárias de sustentabilidade na linha de produção e no mundo da moda, agregando materiais e processos com mais possibilidades de estender a vida útil e viabilizar o reaproveitamento, mas também uma forma de consumir de forma mais consciente, assim como atuação do poder público de forma a regular o descarte correto desses materiais, sempre com a tentativa máxima de reutilização”, acrescentou o membro do conselho da ONU.

Em 2024, cada residência descartou 44 kg de roupas e calçados



DIVULGAÇÃO

TRIBUNA
INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350 - Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33



UM PRODUTO:
JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas
e Gráficos do estado de Alagoas

PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marlene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTA JORNAL.

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALISTAS

Conscientização sobre o autismo

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo, celebrado em 2 de abril, é uma data fundamental para promover a compreensão, a inclusão e os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo é, portanto, ampliar o conhecimento sobre as dificuldades que indivíduos com autismo enfrentam no cotidiano e destacar a necessidade de políticas públicas e práticas inclusivas que garantam a plena cidadania dessas pessoas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que existam aproximadamente 70 milhões de pessoas com TEA em todo o mundo, sendo 2 milhões no Brasil. Esses números, embora expressivos, ainda podem ser subestimados, considerando as dificuldades de diagnóstico e a falta de dados precisos.

No campo jurídico, é essencial que advogados, juristas e profissionais do direito estejam atentos às legislações que protejam as pessoas com autismo. No Brasil, a legislação tem avançado para garantir a inclusão de pessoas com TEA, com destaque para a Lei nº

12.764/2012, conhecida como a "Lei Berenice Piana", que reconheceu oficialmente o autismo como um transtorno global do desenvolvimento e estabeleceu direitos específicos, como acesso à educação especializada e cuidados de saúde adequados.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 assegura direitos fundamentais como a igualdade e a não discriminação, que devem ser aplicados a todas as pessoas, incluindo aquelas com condições de saúde diferentes. Dessa forma, a inclusão social das pessoas com autismo não é apenas uma questão de empatia, mas uma obrigação legal tanto do Estado quanto da sociedade. A conscientização sobre o autismo não se limita à sensibilização social, mas exige também uma atuação jurídica firme. Profissionais do direito desempenham um papel de extrema importância na defesa dos direitos das pessoas com TEA, assegurando que políticas públicas sejam eficazes, que as escolas promovam inclusão e que as empresas cumpram normas de acessibilidade, ajudando assim a promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Evo de novo



OLIVEIRA MARQUES
Sociólogo
e publicitário

Pouco mais de seis anos se passaram. Então, me vejo por horas em uma carterera, sob chuva constante, em direção ao Trópico. Impossível não lembrar daquele primeiro dia.

Lá, no final de 2018, quando descia no aeroporto de El Alto, ao lado de La Paz, a primeira vez em que pisei em solo boliviano.

Destá vez, seguia rumo a Villa Tunari para acompanhar a comemoração dos 30 anos de um movimento político que transformou a realidade da Bolívia, sob a liderança de Evo Morales Ayma, o primeiro indígena a presidir o país, entre 2006 e 2019, quando sofreu um golpe que o retirou do comando da nação.

Durante o caminho, filas imensas de veículos nos postos de combustível chamavam atenção.

Remetiam imediatamente àquelas cenas comuns para nós, brasileiros, nos tempos em que os aumentos dos combustíveis eram frequentes.

No país andino, contudo, a questão é outra. Há uma crise de abastecimento de gasolina e diesel. A espera se estende por horas, estimulando o

mercado paralelo.

O que custa 3,70 bolivianos nos postos pode chegar a 15 bolivianos em bancas montadas nas ruas.

Mas assegurar que teríamos combustível suficiente para o retorno a Santa Cruz não foi o único desafio. Ao chegarmos próximo ao local do evento, uma multidão caminhava em direção ao estádio onde ocorreria o Congresso, tornando difícil avançar. Gente simples, quase a totalidade representantes dos povos originários da Bolívia.

Ao entrar no estádio, uma sensação de admiração tomou conta de mim.

Uma cena impressionante. Uma aula de capacidade de mobilização política. Arquibancadas e grama-tomados por um povo animado, representando os 9 departamentos do País, que gritava palavras de ordem e empunhava suas Whipalas, a bandeira quadriculada e colorida que representa o Estado Plurinacional da Bolívia, como demonstração de sua determinação em fazer acontecer.

Com participação por vídeo de Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz; Rafael Correa, ex-presidente do Equador; e Cristina Kirchner, ex-presidenta da Argentina, reforçaram-se os discursos das inúmeras lideranças sindicais e populares no

sentido de apresentar a candidatura de Evo Morales para mais um mandato como presidente.

A crise no fornecimento de combustíveis e o aumento dos preços dos alimentos — uma crítica direta ao atual governo de Luis Arce, a quem todas as lideranças que falaram no evento chamaram de traidor — serviram de ponto de partida para o próprio Evo defender sua candidatura.

Ele recordou seus 14 anos de mandato, quando a Bolívia experimentou, a partir do El processo de cambio, os maiores índices de crescimento econômico e inclusão social de toda a América Latina.

O ato de inauguração do Congresso do Instrumento Político para a Soberania dos Povos, que apresentará um programa ao povo boliviano como base para a candidatura de Evo Morales, terminou com o grito de palavras de ordem: ganhou destaque [Evo] no estádio solo, carajo!

O que ficou evidente para quem estava lá e para quem não teve esse privilégio, pode perceber a multidão que caminha com Evo.

Eu arriscaria, conhecendo um pouco a política na Bolívia, que resolvidos os obstáculos jurídicos que seus opositores querem impor, se o Evo del pueblo, presidente de novo!

Billo

Um "pulinho" em Rio Largo...



"Não é não"



PEDRO MACIEL
Advogado

Costumo dizer que nasci e vi num universo majoritariamente feminino.

Vejam como não é exagero: cresci convivendo com quatro irmãs; dez tias (irmãs de minha mãe e de meu pai); seis tias (casados com meus tios); duas avós; cinco tias-avós; uma tia-bisavó e vinte e seis primas; hoje, além dessas todas, tenho uma esposa; duas netas e três noras.

No mundo, meu e de meus primos, o respeito às meninas era a regra de ouro.

Talvez por isso eu tenha ficado tão indignado quando li que o Tribunal Superior de Justiça da Catalunha decidiu rever a decisão de primeiro grau e acolher o recurso do ex-jogador Daniel Alves da condenação por estupro, anulando por unanimidade a sentença anterior que o havia condenado a qua-

baiano durante o processo apresentando versões contraditórias sobre os fatos: inicialmente, negou conhecer a vítima; depois, admitiu o encontro, afirmando que a relação foi consensual; exames de corpo de delito confirmaram a presença de sêmen na vítima, e testemunhas relataram que ela saiuabalada do local.

Não se sabe se a promotoria vai recorrer, mas com a decisão, Daniel Alves está legalmente livre de qualquer acusação na Justiça espanhola e pode deixar o país e retomar suas atividades pessoais, já que todas as restrições judiciais — incluindo a proibição de saída do território espanhol — foram suspensas; e Vinicius Junior segue sendo vítima do crime de racismo por lá.

Foi o presidente Lula que sancionou a Lei 14.786/2023, que criou o protocolo "Não é Não" para proteger mulheres de assédio em shows, bares e boates. A medida é um relevante passo para a minimização da violência de gênero.

O protocolo "Não é Não" oferece proteção às mulheres que sofrem



Santidade Religiosa



LAURENTINO VEIGA

"Como Maria, a Mãe de Jesus, que remos ser uma Igreja que serve, que sai de casa, que sai de seus templos, que sai de suas sacristias, para acompanhar a vida, sustentando a esperança, sendo sinal de unidade (...) para lançar pontes, derrubar muros, semear reconciliação."

O Santo Padre, o Papa Francisco, ao se recuperar de sua saúde, nomeou Dom Carlos Alberto Breis Pereira como Arcebispo de Maceió, a partir de 2024.

Outrossim, sua chegada representa um marco significativo para sua missão e a continuidade da Revolução do Santo Evangelho na Igreja Católica Apostólica Romana.

Dom Carlos nasceu em São Francisco do Sul (SC) e tem uma trajetória sacerdotal exemplar.

Pertence à Ordem dos Frades Menores Franciscanos desde 10 de janeiro

de 1987, sendo ordenado sacerdote em 07 de agosto de 1994.

Sua formação acadêmica inclui estudos de Filosofia no Instituto de Teologia do Recife (1988-1989) e Teologia em Olinda (1990-1993).

Posteriormente, aprofundou seus conhecimentos em Teologia Espiritual na Pontifícia Universidade Antonianum, em Roma (2005-2007).

Dentro de sua ordem religiosa, desempenhou diversos papéis de liderança, incluindo mestre dos professos temporários, secretário provincial, moderador da formação e presidente da Comissão de Formação Permanente.

Além disso, atuou como vigário provincial e coordenador do serviço de formação permanente da Província dos Frades Menores do Nordeste do Brasil.

E, ministro provincial da Província de Santo Antônio com sede em Recife.

Também desempenhou a função de pároco durante o ministério presbital

Ao presidir sua primeira missa em Maceió, na Igreja São Lucas no

Stella Maris, esclareceu que gosta de ser chamado de Dom Bento.

Falou de sua vida guiada pela vocação de 25 anos de dedicação a uma Igreja comprometida no Evangelho e atenta aos necessitados.

A Igreja é Una por missão e esta lhe foi dada pelo próprio Jesus: "vão, pois, e ensinam a todas as nações; batizem-nas em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Ensinem-nas a observar tudo o que lhes prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mt 28,19-20).

Agora, assume a missão de liderar a Arquidiocese de Maceió, apostolado que certamente abraçará com dedicação e zelo pastoral.

Homem de profunda espiritualidade e convicção católica, Dom Carlos Breis Pereira — guiará seu rebanho sob as diretrizes do Papa Francisco, sendo sempre um fiel servo da missão evangelizadora da Igreja.

Que sua jornada seja repleta de luz e sabedoria para fortalecer ainda mais a fé dos fiéis e a unidade da Igreja em Alagoas!

tro anos e seis meses de prisão.

A Corte entendeu que não havia provas suficientes para sustentar a culpa do ex-lateral da Seleção Brasileira.

Não conheço as provas contidas no processo, contudo, é possível registrar que a "Justiça" que anulou a condenação do ex-jogador é a mesma que ignora os atos de racismo que Vinicius Junior sofre nos estádios e nas elegantes arenas da Espanha; podemos dizer que há um possível e indesejado padrão nos dois fatos.

Pelo que li, os juízes não declararam que a versão apresentada por Daniel Alves — de que houve consentimento na relação sexual com a jovem — seja verdadeira, mas consideraram que as provas apresentadas também não permitiam confirmar a acusação com o nível de certeza exigido pelo sistema judicial.

O fato é que o vitorioso lateral

constrangimentos e violências em boates e casas noturnas; o objetivo do dispositivo é assegurar os direitos dessas mulheres e ajudar a combater situações de constrangimento e violência.

A lei federal inclui medidas de segurança a serem implementadas em estabelecimentos como "casas noturnas e de boates, em espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcoólica", segundo o texto da lei.

O triste na história que envolve Daniel Alves é que o protocolo brasileiro é semelhante ao "No Callen", criado pela cidade de Barcelona, na Espanha, em 2018, e aplicado no episódio do jogador; o programa catálogo foi idealizado para combater agressões sexuais e violência machista em espaços de lazer da cidade, como discotecas e bares.

Ficam as reflexões.

Segurança Pública tem aprovação de 72% dos alagoanos

Reconhecimento é fruto de investimentos feitos na área, que passam dos R\$ 640 milhões, segundo governo estadual

Pesquisa do instituto Ibrape, realizada entre os dias 15 e 17 deste mês, revela que a segurança pública de Alagoas é aprovada por 72% dos alagoanos. De acordo com o levantamento, 27% dos entrevistados afirmaram que a situação melhorou, enquanto outros 45% consideraram que a área se mantém estável.

Feita com 2.626 pessoas, em 52 municípios alagoanos de todas as regiões do estado, a pesquisa também mostra que 25% dos entrevistados acham que a segurança pública piorou, e 3% não quiseram opinar.

A região do Sertão apresentou um maior índice de percepção de estabilidade, apontada por 55% dos entrevistados, e de melhoria na

segurança pública, confirmada por 35%, somando 90% dos entrevistados com avaliação positiva. Apenas 8% responderam que a situação piorou e 2% não opinaram. Na região Sul, a aprovação atingiu 76%, com 31% dos entrevistados considerando que a segurança pública melhorou e outros 45% que ela se manteve estável. Outros 24% acreditam que a área piorou.

Na Zona da Mata, 74% aprovaram a segurança — sendo que 47% consideram que a situação apresentou estabilidade, e outros 27%, que ela melhorou. Para 24% a segurança piorou. 1% não opinou.

No Agreste, a pesquisa mostra que 72% da população aprova a segurança pública de Alagoas. Para 44%, o setor se manteve estável, enquanto para outros 28%, houve melhora. 23% disseram que a área piorou, e 5% não souberam ou não responderam.

Em Maceió, a área de segurança pública é aprovada por 66% da população — sendo 22% que consideram que a situação melhorou, e outros 44%, que ela se manteve estável. Para 24% dos entrevistados, a área piorou. Outros 3% não souberam ou não quiseram opinar.

A região Norte registrou aprovação de 65% (27% considerando que melhorou e 47% dizendo que permaneceu estável). 34% acham que a segurança piorou, e 1% não quis opinar.

“Desde o início de sua



AGÊNCIA ALAGOAS

Uso de tecnologia e inteligência policial reforça a presença da segurança em áreas estratégicas do Estado

gestão, o governador Paulo Dantas definiu a segurança pública como prioridade absoluta. Com um largo sorriso, sempre reafirmava: ‘Nada vai parar, é daqui pra melhor!’ E foi exatamente isso que aconteceu. Nada parou, e os avanços são evidentes”, ressalta Flávio Saraiva.

“Com mais de R\$ 640 milhões investidos no setor, o Governo fortaleceu o combate à criminalidade, proporcionando melhores

condições de trabalho para as forças de segurança, ampliando o uso de tecnologia e inteligência policial e reforçando a presença do Estado em áreas estratégicas. Como resultado direto desses investimentos, Alagoas registra uma expressiva redução nos índices de violência, consolidando-se como um exemplo de gestão eficiente e comprometida com a segurança da população”, concluiu.

Entre os principais investimentos estão a aquisição

de um helicóptero biturbina Airbus multimissão; inauguração de 19 Centros Integrados de Segurança Pública (Cisps); instalação de novo sistema de videomonitoramento, incluindo 11 totens de alta tecnologia em Maceió, praia do Francês e Arapiraca; atualização das 270 câmeras de videomonitoramento; além de aquisição de viaturas, caminhões, ônibus, armamentos e equipamentos para policiais civis, militares e Corpo de Bombeiros.

Suspensão repasse de “emendas Pix” para universidades em oito estados

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 90 dias para que estados e municípios beneficiários de emendas PIX prestem contas de 6.247 planos de trabalho não cadastrados no sistema, conforme apontado por relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro determina que as informações sejam individualizadas por emendas e adverte que os recursos serão suspensos se os dados não forem apresentados. Por fim, afirma que poderá haver apurações sobre a responsabilidade dos gestores públicos omissos.

Na avaliação do ministro, a falta de cadastramento dos planos que correspondem a

bilhões do orçamento público demonstra “o nível de desorganização institucional que marcou a implementação das transferências especiais (emendas Pix)”. Na mesma decisão, o ministro suspendeu de forma imediata novos repasses de emendas parlamentares para as instituições de ensino superior estaduais e suas fundações de apoio dos estados do Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e de Sergipe, pois eles não explicaram nos autos se já publicaram normas para aplicação de emendas parlamentares federais.

No caso dos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás,

Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins, que apresentaram informações incompletas, o ministro dá 15 dias para a regularização das informações para o prosseguimento dos repasses.

O despacho faz parte do acompanhamento que o ministro Flávio Dino tem feito sobre o uso de emendas parlamentares. Em 18 de fevereiro deste ano, o ministro solicitou nova Nota Técnica do TCU, para ser entregue em 28 de março, com os números sobre a presença de Planos de Trabalhos nas “Emendas Pix” de 2020 a 2024.

Neste relatório, o TCU apontou o não cadastramento, até o momento, de 6.247



ANTONIO AUGUSTO / STF

Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal

planos de trabalho entre 2020 e 2023 — este documento faz parte do acordo firmado entre os poderes que possibilitou a liberação das emendas em fevereiro deste ano. Embora ainda seja alto o número de emendas sem transparência, o órgão apontou melhorias na apresentação dos planos de trabalho e informações sobre o uso do dinheiro público.

Quanto à suspensão de novos repasses às instituições de ensino estaduais, em 12 de janeiro, Dino determinou à União e aos Estados que providenciassem a publicação de normas e orientações para aplicação e prestação de contas adequadas quanto às emendas parlamentares federais pelas Instituições de Ensino Superior e suas respectivas Fundações de Apoio. No entanto, nem todos os estados o fizeram ou as informações enviadas foram insuficientes na visão do ministro.



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Ferramenta Grok, a IA da rede X, votaria em Lula para presidente em 2026 e defende Alexandre de Moraes

Inteligência Artificial de Elon Musk declara que votaria em Lula em 2026

A inteligência artificial Grok, desenvolvida pelo bilionário Elon Musk, afirmou que votaria em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) caso fosse um cidadão brasileiro. A declaração ocorreu após um usuário do X, antiga rede social Twitter, perguntar qual seria a escolha da IA nas eleições presidenciais de 2026.

O Grok justificou sua resposta mencionando os programas sociais do atual presidente. “Se eu fosse um cidadão brasileiro, provavelmente votaria em Lula para a presidência em 2026, por sua experiência em reduzir a pobreza com programas como o Bolsa Família e seu foco atual na proteção ambiental”, escreveu a IA.

REPERCUSSÃO

A resposta do Grok rapidamente se espalhou pelas redes sociais, gerando reações diversas entre apoiadores e críticos do presidente. A inteligência artificial também ponderou sobre a possibilidade de Lula não disputar o próximo pleito. “Apesar disso, há incertezas, pois ele não confirmou sua candidatura. Sua idade (79 anos) e saúde recente, com cirurgia em 2024, são preocupações”, pontuou.

Outro nome mencionado foi o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, considerado uma alternativa para o campo conservador. O Grok destacou que o político tem “ideias diferentes, mais voltadas à economia”, mas desistiu da disputa. “Lula parece a melhor

escolha por seu histórico e políticas sociais”, concluiu.

ELON MUSK E O BRASIL

Elon Musk, conhecido por suas opiniões polêmicas, tem se envolvido em debates políticos no Brasil nos últimos anos. Ele criticou a atual gestão diversas vezes, especialmente em relação a questões de regulação da internet e liberdade de expressão. Por outro lado, também participou de acordos com o governo brasileiro para fornecer conexão de internet por meio de sua empresa Starlink.

Atualmente, o bilionário também lidera nos Estados Unidos o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE, na sigla em inglês), criado durante a administração do ex-presidente Donald Trump.



O Projeto de Lei 2.088/2023 foi aprovado no Plenário, mas antes foi analisado pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos

Senado aprova projeto da reação brasileira a tarifas

Decisão da CAE foi tomada na véspera do anúncio das “taxas recíprocas” de Trump

O Plenário do Senado aprovou, ontem, o projeto que prevê medidas de resposta a barreiras comerciais impostas por outros países a produtos brasileiros. O PL 2.088/2023, do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), foi aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo e seria encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados depois do prazo de cinco dias.

Porém, o líder do governo no Congresso, senador

Randolfé Rodrigues (PT-AP), apresentou um recurso para o texto passar pelo Plenário e outro para a matéria tramitar em regime de urgência, como forma de apressar a votação e o envio para a Câmara. A expectativa é que o texto seja aprovado pelos deputados nesta quarta-feira (2).

Randolfé lembrou que está previsto, também para esta quarta, o anúncio do aumento de tarifas de importação pelos Estados Unidos. O que prevê o texto do PL

A lei estabelece critérios

para respostas a ações, políticas ou práticas unilaterais de país ou “bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira”, interferindo “nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil”.

Também autoriza o Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligado ao Executivo, a “adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços”, prevendo ainda medidas de negociação entre as partes antes de qual-

quer decisão.

A relatora do texto, senadora Tereza Cristina (PP-MS), explicou à Agência Brasil que a medida não é uma lei só para os Estados Unidos, mas para todos os mercados e países.

“Este é um projeto de proteção aos produtos brasileiros, e não de contramedidas ou contra outros países. Agora, se o Brasil tiver os seus produtos com retaliações desmedidas, o governo passa a ter a possibilidade de fazer essas contramedidas na mesma base que vem de outros países ou blocos econômicos”, explicou.

Já o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB/AL), disse que o projeto é uma resposta legítima ao tarifaço americano.

“Nós estamos apenas suprimindo a legislação brasileira de mecanismos de reciprocidade. Nós não estamos adotando a reciprocidade, mas, se o governo quiser adotar a reciprocidade, não será por falta de legislação que deixará de fazer isso”, afirmou Renan.

MILÍCIA DIGITAL

Robôs fizeram 31% dos posts pró-Bolsonaro no STF

Uma análise da AM4 Brasil Inteligência Digital indicou que 31% das postagens com a hashtag #EleicaoSemBEGolpe, relacionada ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF), apresentavam padrões automatizados. O estudo monitorou 90 mil menções entre 24 e 31 de março identificando o uso de robôs para amplificar a defesa de Bolsonaro e atacar decisões do STF.

A pesquisa apontou que a hashtag, que contesta a inelegibilidade de Bolsonaro em 2026, concentrou-se principalmente no X (antigo Twitter), correspondendo a 47% das postagens analisadas. Em 25 de março, às 14h30, houve um pico de 54 mil menções, tornando-se um dos assuntos mais comentados da plataforma.

Segundo a AM4, os 31% de postagens automatizadas apresentavam padrões claros, como linguagem repetitiva e baixa interação com outros usuários. Ao



Robôs pró-Bolsonaro atuaram com postagens durante a sessão do STF

mesmo tempo, 23% das postagens partiram de críticos de Bolsonaro, que responderam ativamente às publicações favoráveis ao ex-presidente.

O levantamento também revelou que 18% das postagens defendiam a responsabilização de Bolsonaro e seus aliados, enquanto 19% mantiveram um tom neutro.

Segundo a AM4, os 31% de postagens automatizadas apresentavam padrões claros, como linguagem repetitiva e baixa interação com outros usuários.



Chanceler do Paraguai, Rubén Ramírez, fala sobre suposta invasão da Abin

ATAQUE HACKER

Embaixador brasileiro é convocado pelo Paraguai

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), indicou ontem que não cederá à pressão para pautar o projeto de anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. Durante reuniões com líderes partidários, ele afirmou que consultará todas as bancadas antes de decidir sobre a tramitação da proposta.

Motta se reuniu nesta terça com Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) e Lindbergh Farias (PT-RJ), líderes de partidos com posições opostas sobre o tema. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, pressiona para que a anistia seja votada rapidamente. No

entanto, Motta sinalizou que dificilmente decidirá nesta semana.

A principal dúvida é se o projeto será pautado diretamente no plenário da Câmara ou se passará por uma comissão especial. O ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já havia articulado com PT e PL para que a proposta fosse analisada primeiro na comissão.

Mesmo com a pressão crescente, Hugo Motta indicou que a decisão sobre a tramitação do projeto ocorrerá apenas até o final de abril. Ele reforçou que ouvirá todos os partidos antes de definir os próximos passos.

★ PRÊMIO ★
SELMA BRITTO

08 DE ABRIL ÀS 20H

Hotel Jatiúca
Maceió - Alagoas

Patrocínio:

Apoio Cultural:

Realização e Criação:



PROGRAMA

PELL MARQUES SHOW

TUBARÃO DO SWING

SEXTA 04 ABRIL

ao vivo: @pellmarques

Churrasco

TRIBUNA

Justiça manda suspender obras de parque aquático

Equipamento vinha sendo construído em terras indígenas em Palmeira dos Índios

DAVI SALSA
SUCURSAL ARAPIRACA

Em sentença publicada na segunda-feira (31), a juíza da 8ª Vara Federal em Arapiraca, Camila Monteiro Pullin, condenou o município de Palmeira dos Índios e mandou cessar em definitivo as obras do Parque Aquático Maria do Carmo.

As obras foram retomadas no final do ano passado, por meio de decisão liminar da 5ª Vara Federal, que havia acatado o pedido da Prefeitura de Palmeira dos Índios.

Após analisar o pedido de liminar e as ações do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), a juíza federal Camila Monteiro Pullin julgou procedente a demanda para condenar o município de Palmeira dos Índios e a empresa V P de Omena - Parque Aquático Maria do Carmo a cessar definitivamente todas as obras, construções e atividades em andamento.

Segundo apurou a **Tribuna**, o parque aquático estava sendo construído às margens da rodovia AL-210, em frente à empresa de laticínios

Valelourado.

A área total do empreendimento é estimada em aproximadamente 30 mil metros quadrados.

De acordo com o projeto de construção, o local estava sendo preparado para receber piscinas, tobogãs, restaurantes, entre outros espaços.

A Prefeitura de Palmeira dos Índios concedeu apoio fiscal e locacional, a partir de uma lei aprovada pela Câmara de Vereadores do município.

De acordo com o projeto de construção, o local contará com piscinas, tobogãs,

restaurantes, entre outros espaços. Para isso, o município entrou com apoio fiscal e locacional, a partir de uma lei aprovada pela Câmara de Vereadores do município. Depois de pronto, o valor do empreendimento é estimado em R\$ 20 milhões. O valor foi estimado pelo proprietário.

O terreno, situado dentro da área declarada como indígena, foi adquirido pela prefeitura por R\$ 1 milhão de um posseiro e "doado" ao empresário, segundo informações da prefeitura.

O povo Xucuru-Kariri reclama a propriedade do terreno.



Reunião entre representantes do MPT/AL e do Sebrae

SEBRAE MPT destina recursos para cursos de formação

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL) assinou um Plano de Trabalho com o Sebrae Alagoas para a execução da 2ª etapa do programa de educação empresarial e financeira denominado "Projeto Empreenda Maceió". São R\$ 350 mil destinados à realização de cursos de capacitação, oficinas, palestras, atendimentos e consultorias, organizados e implementados pelo Sebrae/AL, segundo os termos do Convênio entre o órgão ministerial e o Sebrae/AL de 2021.

Os recursos fazem parte do acordo judicial celebrado entre o MPT/AL e a Braskem nos Autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 0000648-42.2019.5.19.0007. Foram R\$ 700 mil no total, sendo liberada a metade do valor no ano da assinatura e os outros 50% esse ano, conforme Cláusula Vigésima do Convênio. "O Sebrae prestou contas de tudo que foi realizado com a primeira parcela dos recursos. Juntamos tudo aos Autos

do processo e agora, após pequenos ajustes no Plano de Trabalho, estamos repassando o restante para que a sociedade seja beneficiada", disse a procuradora do trabalho Rosimeire Lamarca.

A representante do MPT/AL também destacou que o Plano assinado nessa segunda-feira, 31/3, mantém o objetivo geral fixado no acordo judicial que é a recuperação dos negócios e empregos das vítimas do afundamento dos bairros de Maceió atingidos pela mineradora. Mas, nessa etapa do Convênio com o Sebrae/AL, busca privilegiar grupos socialmente vulneráveis como mulheres e pessoas idosas.

O Plano de Trabalho é uma formalidade técnica. Nele, são definidos o cronograma físico, plano de aplicação dos recursos, os indicadores de desempenho e resultados e, a identificação dos responsáveis. O documento foi assinado pela procuradora do trabalho, pelo Superintendente Domicílio Silva e gerente Fátima Aguiar,



Parque aquático estava sendo construído em terras do povo indígena Xucuru-Kariri, que entrou com ação na Justiça junto com a Funai

Despejo irregular de esgoto no Rio Jacarecica

Após denúncias de esgotamento irregular no Rio Jacarecica, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) iniciou, na segunda-feira (31/3), uma operação de fiscalização, a partir do conjunto Henrique Equelman, no Antares, parte alta de Maceió.

A iniciativa contou também com a participação da

Autarquia Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Limpeza (Alurb) e da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra).

O objetivo é combater ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem de águas pluviais, as quais acabam comprometendo a qualidade da água dos rios da cidade.

De acordo com o agente

de fiscalização ambiental da Semurb, Roberto Monteiro, a operação visa identificar, notificar e autuar os responsáveis por despejos irregulares. No Antares, a fiscalização identificou dois condomínios residenciais com estação de tratamento de esgoto e lançamento de efluentes na água.

Na ocasião, foram realizados testes com corante e

foram solicitadas as documentações que comprovam a regularidade da operação do equipamento bem como as análises com os parâmetros de qualidade dos efluentes tratados.

Caso sejam encontradas irregularidades, os infratores poderão sofrer penalidades previstas no Código Municipal de Meio Ambiente.

Maceió: idosos com 60 anos ou mais vão andar de graça nos ônibus



Após atuação da Defensoria Pública de Alagoas, idosos com 60 anos ou mais vão poder andar gratuitamente em coletivos de Maceió

A Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DP/AL) garantiu, por meio de decisão judicial definitiva, o direito ao transporte público gratuito para pessoas com 60 anos ou mais em Maceió. O processo transitou em julgado neste mês, tornando a decisão irrevogável. O caso foi acompanhado pelo Defensor Público Ricardo Antunes Melro.

De acordo com a sentença, a gratuidade deve ser assegurada mesmo sem a emissão de um cartão específico, bastando a apresentação de qualquer documento pessoal que comprove a idade, conforme previsto na Lei Municipal nº 6.934, de 12 de setembro de 2019, que institui a Política Municipal da Pessoa Idosa.

O defensor público Ricardo Melro reforça que nenhuma pessoa idosa pode ser impedida de embarcar gratuitamente nos ônibus

urbanos de Maceió por falta desse cartão.

"Caso o direito não seja respeitado pelo Município ou pelas empresas de transporte, os interessados podem buscar assistência no Núcleo de Proteção Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, localizada na Rua Rita de Cássia, 159, Gruta de Lourdes, Maceió/AL, para relatar a situação e garantir o cumprimento da decisão judicial. A Defensoria Pública destaca que a gratuidade no transporte é um direito assegurado por lei, e impedir seu exercício representa uma violação legal e um desrespeito ao Poder Judiciário", afirma.

Antes dessa decisão, a gratuidade beneficiava pessoas com 65 anos ou mais, que apresentam cartões eletrônicos fornecidos pela Vamu, associação dos transportadores de Maceió.

CIDADES
EM FOCOROBERTO BAIÁ
robertobaiá991@gmail.com

Suposta renúncia



O presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), **Marcelo Beltrão**, manifestou-se em apoio ao prefeito de Rio Largo, **Pedro Carlos da Silva Neto** (PP), após a turbulência política que envolveu uma suposta renúncia do gestor. Em nota oficial divulgada ontem, terça-feira, 1º, Beltrão expressou solidariedade ao prefeito, gerando dúvidas sobre a legalidade do processo.

CARTA FALSA

O prefeito **Pedro Carlos** afirmou que não renunciou ao cargo e que a carta apresentada pela Câmara seria falsa. A rapidez com que o processo de transição foi conduzido levantou questionamentos sobre sua legitimidade, e a situação gerou grande instabilidade política em Rio Largo. A população e as autoridades locais continuam a se perguntar se houve manipulação e ilegalidades no ato de posse de Rogério Silva.

DEMOCRACIA

Na nota, **Marcelo Beltrão** reforçou a importância de respeitar a democracia e a soberania popular, pedindo que os órgãos responsáveis resolvam a crise com responsabilidade e serenidade. Ele também manifestou confiança de que a situação será solucionada de acordo com os princípios do Estado Democrático de Direito. A crise política segue repercutindo em Rio Largo, com os moradores aguardando um desfecho para a disputa e para a questão da legalidade do processo de renúncia.

CONTRATAÇÃO IRREGULAR

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL) entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Prefeitura de Igaci, sob a gestão do prefeito **José Petrucio Oliveira**, com o objetivo de regularizar a Guarda Civil Patrimonial do município. A ação foi motivada por irregularidades, como a contratação de uma empresa de segurança sem regularização junto à Polícia Federal, a ausência de legislação municipal específica e a contratação de guardas municipais sem concurso público ou capacitação adequada.

INVESTIGAÇÃO

A investigação do MP/AL revelou que a empresa contratada pela Prefeitura não estava cadastrada no Departamento da Polícia Federal, o que a tornava inapta para prestar serviços de vigilância. Além disso, os guardas municipais foram contratados sem o devido processo seletivo e iniciaram suas funções sem a capacitação exigida pela Lei nº 13.022/2014, que regulamenta a atuação das guardas municipais no Brasil. O promotor **Kleytonne Pereira Sousa** destacou que essas práticas são

ilegais e comprometem a segurança pública do município.

REGULARIZAÇÃO IMEDIATA

Diante dessas irregularidades, o MP/AL solicitou a regularização imediata da Guarda Civil Patrimonial de Igaci, incluindo a adequação da empresa contratada aos requisitos legais, a realização de concurso público para a contratação dos agentes e a implementação de programas de capacitação. Além disso, foi pedido que a Prefeitura crie uma legislação municipal específica para regulamentar a atuação da guarda. A ação ainda requer a concessão de tutela provisória de urgência para corrigir as falhas de forma célere e evitar prejuízos à segurança pública no município.

REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A Polícia Militar, por meio do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), anunciou uma redução de 46,15% no número de homicídios em sua área de atuação. Esse resultado positivo é atribuído às estratégias adotadas pela corporação para combater a criminalidade, como o aumento do patrulhamento em áreas de risco e operações focadas na desarticulação de facções criminosas. A ação integrada e a inteligência policial desempenharam um papel fundamental nessa diminuição dos índices de violência.

ESFORÇO COLETIVO

O comandante do 3º BPM, major **David Durval**, expressou sua satisfação com os resultados e parabenizou os policiais envolvidos nas operações que levaram a esse sucesso. Ele destacou a importância do esforço coletivo da corporação para alcançar esses números e reforçou o

compromisso de continuar com ações eficazes para garantir a segurança da população.

COLABORAÇÃO DA POPULAÇÃO

Além disso, a redução nos homicídios tem um impacto positivo na percepção de segurança da comunidade local, proporcionando uma sensação de controle sobre a violência. A colaboração da população, por meio de denúncias e participação ativa, também tem sido essencial para o sucesso dessas operações, demonstrando a importância do trabalho conjunto entre a polícia e a sociedade na luta contra o crime.

... O Restaurante Popular Jerimum, localizado no centro de Arapiraca, alcançou a marca histórica de 1.022 refeições servidas em um único dia, destacando-se como um importante serviço para a população de baixa renda.

... Inaugurado em 2008 e reaberto em 2022, após ser fechado por mais de três anos, o restaurante oferece pratos nutritivos e acessíveis, com alimentos da agricultura familiar local, a um custo simbólico de R\$ 4,00.

... Desde sua reabertura, já foram servidas mais de 463 mil refeições, com uma média de mil atendimentos diários, refletindo o compromisso da gestão do prefeito **Luciano Barbosa** em atender às necessidades da comunidade arapiraquense.

Alagoas começa
vacinação contra
gripe na segunda

Diversos grupos terão prioridade para imunização; Estado recebeu 80 mil doses do imunizante para os 102 municípios

VALDETE CALHEIROS
COLABORADORA

A vacina contra Influenza estará disponível ao público-alvo da campanha, a partir da próxima segunda-feira, dia 7. Terão direito a receber o imunizante, em todos os postos de vacinação dos 102 municípios alagoanos, crianças de seis meses a menores de seis anos ((5 anos, 11 meses e 29 dias), idosos a partir de 60 anos, gestantes, puérperas, trabalhadores da saúde e educação, indígenas, caminhoneiros, profissionais das forças armadas e de salvamento, trabalhadores de transporte coletivo, trabalhadores portuários, funcionários do siste-

ma de privação de liberdade e pessoas com comorbidades.

Até a próxima semana, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) irá capacitar os técnicos das secretarias municipais, assim como abastecer os municípios com as doses imunizantes. A meta do Ministério da Saúde é que Alagoas consiga a cobertura vacinal de 90% da população apta.

Desde o primeiro dia deste ano, Alagoas registrou três casos da doença. Não houve óbitos. No ano passado, houve 228 casos de Influenza no estado. E um total de 52 mortes.

A Secretaria de Saúde de Maceió informou que está recebendo as doses dos imunizantes e realizando a logística

de distribuição nas Unidades de Saúde para dar início à campanha.

Maceió não registrou óbitos por Influenza no ano passado. Foram registrados três casos. No ano passado, foram 47 casos e oito mortes na capital.

A gripe é uma infecção aguda do sistema respiratório, provocado pelo vírus da influenza, com grande potencial de transmissão. Existem quatro tipos de vírus influenza/gripe: A, B, C e D. O vírus influenza A e B são responsáveis por epidemias sazonais, sendo o vírus influenza A responsável pelas grandes pandemias.

Alagoas recebeu 80 mil doses da vacina.



Alagoas recebeu 80 mil doses da vacina contra a gripe, que começam a ser aplicadas segunda-feira (7)



Estudantes recebem orientações como parte do Programa Saúde na Escola, do governo estadual

ESTRATÉGIA

Estado alcança 100% de
adesão ao Saúde na Escola

Alagoas registrou 100% de adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE), estratégia criada pelo Ministério da Saúde, que assegura recursos aos municípios para a execução de ações de promoção da saúde nas unidades da Rede Pública de Ensino. A iniciativa foi instituída em 2007 e visa promover ações de saúde e qualidade de vida, através de iniciativas de prevenção, promoção e atenção especializada, por meio da parceria entre as Secretarias de Saúde e Educação.

Para este novo ciclo do PSE, terão prioridade as creches e pré-escolas, as escolas de áreas rurais, indígenas, quilombolas, em assentamentos, as escolas que

atendem medidas socioeducativas, as escolas em que mais de 50% dos estudantes são membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e as escolas com oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde que devidamente aderidas ao programa. Essas instituições poderão receber um incentivo adicional, conforme a disponibilidade orçamentária.

O PSE completa 18 anos, ampliando suas ações nos territórios e em todas as dimensões. As atividades estão inseridas na proposta pedagógica da escola, levando-se em consideração o respeito à competência político-executiva dos estados e municípios, à diversidade

sociocultural das diferentes regiões do país e à autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas. Entre suas temáticas e ações, consta a "verificação da situação vacinal".

Desde 2023, têm sido desenvolvidas ações educativas que resultaram na ampliação da vacinação de crianças e adolescentes. "O objetivo maior do PSE é evitar a evasão escolar, por meio de ações educativas que os municípios considerem importantes, de acordo com seu território. Com isso, eles conseguem proteger os estudantes de adoecimentos, de agravos de comportamento, por exemplo, além de desenvolver ações voltadas à preservação da saúde mental e contra a violência doméstica", frisa o coordenador estadual do PSE, **Eloy Yanes**.

Ainda de acordo com o coordenador estadual do PSE, todas as ações têm o papel de proteger a população escolar.

ÂNGULO
GERALEDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com

Lamentações

Em Quebrangulo, a falta de abastecimento de água na cidade, gerada pela ineficiência da empresa Águas do Sertão, tem causado um transtorno significativo para a população. Muitas famílias estão enfrentando dificuldades devido à ausência de uma solução adequada por parte da empresa e, diante dessa situação crítica, a mobilização da comunidade se faz necessária.

DETERMINAÇÃO

Em um ato proativo, o vice-prefeito Feu Maia expressou ao lado do secretário de Obras, Antelmo, em suas redes sociais na noite da segunda-feira, seu compromisso com a população, afirmando: "Diante da falta de abastecimento na cidade, não poderíamos ficar de braços cruzados! Mobilizamos um mutirão com a equipe de carro-pipa da Secretaria de Obras, garantindo que a água chegasse às famílias afetadas." Essa iniciativa visa assegurar que, apesar das falhas do sistema, a água esteja disponível para todos os cidadãos.

CONSEQUÊNCIA

Esta ação é um reflexo do compromisso em zelar pelo bem-estar da população. Além disso, a administração municipal por meio do prefeito Manoel Tenório está determinada a continuar cobrando da empresa Águas do Sertão respostas efetivas, na esperança de que esse problema de abastecimento seja resolvido de forma definitiva.

PREVIDÊNCIAS

Nesta quarta-feira, em Maceió na sede da AMA, a Unicef promove das 8h às 12h, um seminário que promete reunir representantes da Educação, Saúde, Assistência, Justiça e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos para fortalecer a estratégia da Busca Ativa Escolar em todos os municípios alagoanos, com o objetivo de garantir que nenhuma criança ou adolescente fique fora da escola.

PRESENÇA

O evento terá a participação da UNDIME, MP/AL, TJ/AL, Defensoria Pública, CMDCA, Conselhos Tutelares, entre outras instituições do Sistema de Garantia de Direito da Criança do adolescente.

META

"A expectativa é que esse seminário contribua para consolidar uma cultura de responsabilidade compartilhada, onde cada instituição compreenda seu papel na garantia do direito à Educação e atue de forma articulada para

transformar realidades. Porque quando a rede funciona, nenhuma criança ou adolescente fica para trás", destacou a especialista em Educação do UNICEF, Verônica Bezerra.

EXPECTATIVA

No próximo dia 24, Matriz de Camaragibe celebrará sua emancipação política com um marco significativo: a inauguração de várias obras, com destaque para um hospital que promete ser referência para a cidade. O prefeito Fernando Cavalcante (MDB), que lidera a Prefeitura há pouco mais de quatro anos, estará presente, sobretudo para recepcionar parceiros políticos que contribuíram para essas iniciativas, a exemplo do senador Renan Calheiros, o ministro dos Transportes Renan Filho e o governador Paulo Dantas.

MOVIMENTAÇÃO

Ontem pela manhã, Fernando junto com seu pai, Cícero Cavalcante, o grande articulador político, além do secretário de Saúde, Rony Toledo, foram visitar as obras que estão sendo implementadas no novo hospital regional. Este investimento visa não apenas melhorar a infraestrutura de saúde, mas também oferecer um atendimento de qualidade aos cidadãos.

PONTO DE VISTA

"Este é um passo importante para fortalecer o sistema de saúde Matriz e garantir um hospital digno e de qualidade que todos

tenham acesso aos cuidados necessários", disse o ex-prefeito Cícero Cavalcante, lembrando que o senador Renan Calheiros foi o grande mentor dos recursos federais que garantiram tal empreendimento.

OUTROS EM MATRIZ

Além das melhorias no hospital, no dia da comemoração também serão inauguradas a Praça Turística da Orla, a Escola Arnor de Melo e várias ruas pavimentadas. Esses projetos refletem o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento urbano e a valorização do espaço público. O próximo passo da Prefeitura será a construção da segunda parte da ciclovia e a construção de um novo prédio para a Escola José Gusmão de Lira, cujas ordens de serviços serão assinadas justamente no dia da emancipação.

PREVISÕES

A conta de luz do brasileiro pode ficar mais cara pelos próximos 25 anos, com valores que poderão ser comparados à tarifa de bandeira vermelha patamar 2, ou seja, aquela praticada em período de estagnação máxima. Isso pode acontecer, caso senadores e deputados derrubem o veto presidencial às emendas presentes na Lei 15.097/25, conhecida como a Lei das Edifícios Offshore. O alerta é da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE), que estima um custo anual de R\$ 20 bilhões nas contas até 2050, gerado pelas emendas.

Igreja e compromisso socioambiental

Tema da Campanha da Fraternidade de 2025 destaca relação entre fé e responsabilidade ecológica e social no país

OTH Entrevista, programa semanal de entrevistas da Tribuna no YouTube, trouxe esta semana o tema a Campanha da Fraternidade 2025, que convida a sociedade a refletir sobre a importância de cuidar da Casa Comum. A proposta busca promover uma ecologia integral que une a fé cristã e a responsabilidade socioambiental. Para falar sobre o assunto, o convidado foi padre Tito, que explicou como a Igreja propõe uma conversão ambiental durante o período quaresmal.

"A glória humana, quando Deus cria e confia ao homem o domínio sobre os bens da criação, deveria ser exercida com zelo. No entanto, o homem devastou, destruiu e, por isso, a Igreja nos convida a devolver a beleza da criação, restituindo a Deus o que é admirável em suas obras", afirmou o padre.

Segundo o sacerdote, cuidar da Casa Comum significa assumir a interconexão entre todas as criaturas. "O zelo que tenho pelo meio ambiente não beneficia apenas a minha vida, mas

também todas as outras formas de vida que compõem esse ecossistema. Pequenas ações, como evitar o uso de plástico descartável, podem ter grandes impactos na preservação ambiental", destacou.

Durante a entrevista, o padre Tito explicou como a Igreja busca envolver a comunidade na Campanha da Fraternidade, indo além do período quaresmal. "A conversão não é apenas espiritual, mas também social. Nossa paróquia de São Miguel, por exemplo, instalará recipientes para a coleta seletiva de lixo e criará uma horta medicinal para resgatar o uso de plantas naturais na saúde", exemplificou.

Outro projeto destacado foi a iniciativa "Pôr do Sol com Jesus", que ocorrerá no Mirante Dom Bosco, na Santa Amélia, parte alta de Maceió. "A contemplação da natureza tem impacto na saúde emocional. Em um mundo agitado, queremos oferecer momentos de oração em contato com a criação de Deus", disse o religioso.

A entrevista também abordou a relação entre a Campanha da Fraternidade



Padre Tito durante entrevista ao TH Entrevista, onde abordou a importância da conversão ecológica

de e a COP30, conferência sobre mudanças climáticas que será realizada no Brasil. "A COP30 apresentará dados e estatísticas, mas a transformação real acontece na base. Somos nós, que

lidamos diretamente com o povo, os verdadeiros articuladores de mudanças concretas", salientou o padre Tito.

A Campanha da Fraternidade 2025 reforça a necessidade de uma consciência

ecológica que transcende o tempo quaresmal, incentivando uma postura ativa na defesa do meio ambiente e no cuidado com a Casa Comum diariamente e o ano todo.

CAMPUS
Governo de
Alagoas cede
imóvel ao Ifal

O Governo de Alagoas formalizou ontem a cessão do imóvel, situado no Benedito Bentes II, em Maceió, ao Instituto Federal de Alagoas (Ifal), para o uso nas atividades educacionais, sem a necessidade de pagamento de aluguel.

A solenidade aconteceu no Salão de Despachos do Palácio República dos Palmares e marcou também a assinatura do Acordo de Cooperação Acadêmica entre as partes para a execução de atividades do Campus Piranhas, no Centro Xingó de Convivência com o Seminário.

A secretária de Estado da Fazenda, Renata dos Santos, representou o governador Paulo Dantas durante a cerimônia. Ao citar as ações desta terça-feira e os programas exitosos, ela afirmou que o Governo de Alagoas pavimentará o futuro ao investir na educação.

"Esse é mais um ato que comprova o compromisso do governador Paulo Dantas com a educação pública de qualidade, aqui em Alagoas. A gente viu, essa semana, as notícias que apontam que 85% da população aprova a gestão da educação conduzida pelo governador Paulo. E isso não é à toa", enfatizou Renata dos Santos.

O reitor do Ifal, Carlos Guedes, explicou que, com o Termo de Cessão, o Campus Ifal - Benedito Bentes muda de tipologia, o que vai possibilitar a oferta de novos cursos e abertura de novas vagas.

"Um campus, que hoje tem 13 técnicos e 20 professores, vai poder, agora, mudar de tipologia: de um campus avançado para um campus definitivo, com 70 professores e 40 técnicos", acrescentou.

Município garante auxílio financeiro para instituições que acolhem idosos

A Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DP/AL) garantiu, na sexta-feira (28/3), o compromisso do Município de Maceió de realizar o repasse de R\$ 208 por idoso em acolhimento institucional. Inicialmente, a iniciativa beneficiará 192 idosos, mas a Defensoria já solicitou que o valor e a quantidade de pessoas atendidas sejam ampliados nos próximos anos. O caso é acompanhado pelo Defensor Público Lucas Monteiro Valença, do Núcleo de Proteção Coletiva da DPE/AL, e a Defensora Pública Luciana Faro, do Núcleo do

Idoso.

Desde o ano passado, a Defensoria Pública propôs que Município e Estado compartilhassem os custos com o acolhimento de idosos em Instituições de Longa Permanência (ILPis) na capital.

O debate sobre o financiamento dessas unidades vem sendo conduzido pela Defensoria junto a representantes das secretarias municipal e estadual de Assistência Social, além da Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania (Semuc). A proposta busca

garantir um acolhimento digno aos idosos, diante do aumento da população idosa e da crescente demanda por novas vagas em ILPis.

A Secretaria de Assistência Social do Estado se comprometeu a avaliar a adesão à medida e informar sua decisão no final do próximo mês. Caso não haja resposta ou manifestação favorável, a Defensoria Pública estuda acionar a Justiça para garantir a implementação da política pública de cofinanciamento do acolhimento institucional para idosos em situação de vulnerabilidade.



Defensoria discutiu com município auxílio aos idosos de instituições

Maceió: consumo cresce no primeiro trimestre acima da média nacional

Enquanto no Brasil, números recuaram 2,1% no período, capital alagoana acumulou alta de 0,7%

Em tempos de alta dos juros e dos preços da cesta básica, Maceió se destaca pelo crescimento moderado de 0,5% na Intenção de Consumo das Famílias (ICF), em março, superando o tímido avanço de 0,2% de fevereiro. Os dados do Instituto Fecomércio AL em pesquisa realizada em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicam, ainda, que enquanto o consumo nacional recuou 2,1% no primeiro trimestre de 2025, a capital alagoana acumulou crescimento de 0,7% no período, revelando uma dinâmica econômica singular.

A explicação pode vir do aumento do salário mínimo e de outros fatores, segundo avalia o assessor econômico do Instituto Fecomércio, Francisco Rosário. "Os ganhos de renda provenientes dos aumentos reais acumulados do salário-mínimo em 2024 e 2025, a maior disponibilidade de crédito, o aumento dos benefícios sociais e a alta da ocupação em Maceió estão sustentando esse crescimento do consumo na capital alagoana no primeiro trimestre de 2025", destaca o economista.

CRÉDITO E OTIMISMO Os subindicadores de Acesso ao Crédito (4,8% mensal) e de Perspectiva de Consumo (3%) foram os



Aumento de ganhos reais na renda e acesso ao crédito estão sustentando esse crescimento do consumo na capital alagoana no primeiro trimestre

principais impulsionadores do desempenho de março. O crédito, em especial, apresentou saldo anual de 24,7%, refletindo políticas de facilitação para famílias

de até 10 salários-mínimos (10 sm), que representam 98% dos consumidores locais. Contudo, o consumo atual (-2,6%) e o momento para duráveis (1,6%) perma-

necem em zona de insatisfação (abaixo de 100 pontos), pressionados pela redução temporária de empregos e incertezas sobre a renda imediata. "O crédito está

impactando na confiança do consumo, permitindo que as famílias mantenham a confiança no futuro, mesmo com desafios conjunturais", analisa Rosário.

Em relação à percepção quanto à fonte de renda, a confiança no emprego atual recuou 0,6%, em março, acumulando queda de 1,8% no trimestre. Já a Perspectiva Profissional registrou declínio de 0,8% no mês e 18% desde janeiro de 2024. Esses dados indicam a percepção das famílias frente à falta de oportunidades de emprego por um prazo mais longo. Ou seja, apesar da redução do desemprego, a incerteza da sustentabilidade destes empregos influencia na confiança das famílias e, consequentemente, no consumo.

Enquanto famílias de renda mais alta (-1,3%) retraíram o consumo devido ao endividamento e aos juros elevados, as de renda mais baixa (0,7%) mantiveram trajetória ascendente, impulsionadas por crédito acessível (alta de 5,5% em março). Curiosamente, apesar da faixa de renda mais alta apresentar crescimento contínuo desde março de 2024 ao passo em que as famílias de renda mais baixa apresentaram oscilações na intenção de consumo, ambas as faixas projetaram aumento na intenção de consumo (3% e 4%, respectivamente). Para as de renda maior, contudo, o acesso ao crédito encolheu 2,7%, reflexo dos custos financeiros crescentes. "Essa redução do acesso ao crédito, que agora ocorre na faixa de renda mais alta, é devido ao crédito mais caro, o que está reduzindo vários financiamentos", explica o economista.

Em meio a um cenário que mostra o consumo de curto prazo em queda (-2,6%), mas uma perspectiva mais positiva a longo prazo (3%), o economista aconselha que os pequenos negócios invistam em marketing digital e firmem parcerias com fornecedores locais para atrair consumidores.

ICMS sobre compras internacionais sobe para 20% em Alagoas e 9 estados

Desde ontem (1º), a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado em compras internacionais subirá de 17% para 20% em dez estados.

Até a segunda (31), o imposto era de 17% em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

Veja os dez estados em que o ICMS subirá de 17% para 20%:

Acre
Alagoas
Bahia
Ceará
Minas Gerais
Paraíba
Piauí
Rio Grande do Norte
Roraima
Sergipe

Além da alíquota de

ICMS estadual, as encomendas internacionais de até US\$ 50 também são taxadas com mais 20% relativos ao imposto de importação, cobrança que entrou em vigor em agosto de 2023.

Segundo grandes importadoras, a alta deve levar a tributação global sobre compras internacionais de até US\$ 50 para 50% do valor dos itens. Ou seja, um produto vendido por R\$ 100 teria um "preço total" de R\$ 150, por exemplo.

Os varejistas nacionais, enquanto isso, argumentam que a taxa sobre as empresas brasileiras é ainda maior, e que a alta do ICMS caminha na direção da "isonomia tributária".

A decisão foi tomada em dezembro pelo Comitê Nacio-



Patamar de 17% era usado em todo o país; alta foi definida em dezembro sobre imposto de importação

nal dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), mas passa a valer em abril.

"Essa mudança reforça o compromisso dos estados com o desenvolvimento da indústria e do comércio nacional, promovendo uma tributação mais justa e contribuindo para a proteção do mercado interno frente aos desafios de um cenário globalizado", afirmou o comitê à época.

Em 2024, os estados chegaram a avaliar um aumento do ICMS para 25% em todo o país — mas a decisão acabou sendo adiada.

Segundo os governos estaduais, o aumento na tributação visa garantir "isonomia competitiva entre produtos importados e nacionais, promovendo o consumo de bens produzidos no Brasil".



Redução pode ser obtida com a adesão ao sistema do Senatran

Trânsito: multas podem ter desconto de até 40%

Proprietários de veículos com multas trânsito podem obter um desconto de até 40% no valor da infração. Para isso, é preciso que estejam cadastrados no Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), reconheçam a infração e abram mão de apresentar defesa prévia ou recurso.

O cadastro pode ser feito pelo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT) ou no Portal de Serviços da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Com o SNE, os proprietários de veículos recebem, de forma digital, as notificações,

documentos e comunicados sobre infrações de trânsito cometidas. Em Alagoas, já são 82.367 condutores que aderiram ao SNE e podem fazer uso do benefício.

De acordo com Ângela Oliveira, chefe de Controle de Infrações do Detran, os órgãos de trânsito autuadores precisam aderir ao SNE para que os usuários tenham acesso ao Sistema de Notificação Eletrônica.

O Detran aderiu ao serviço em 2017 e, em Alagoas, outros 11 órgãos de trânsito estão no SNE, podendo fazer a notificação de autuação e penalidade interestaduais.

"O desconto somente é concedido se a adesão ao sistema for feita antes do envio da notificação da autuação, e o pagamento realizado antes do vencimento da multa, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)", explicou Ângela Oliveira.

Os proprietários de veículos podem cancelar a adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica quando quiserem. Dessa forma, a comunicação das notificações de autuação e penalidades volta a ser feita por via postal.

SEFAZ
A Secretaria da Fazenda de Alagoas (Sefaz) imple-

mentou mudanças no atendimento de recursos por pendência ou de indeferimento de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA). O serviço está disponível 24 horas por dia, todos os dias, visando proporcionar mais facilidade para os contribuintes.

A partir de agora, contribuintes com pedidos de isenção de IPVA negados poderão protocolar recursos através da atendente virtual Nise. O acesso pode ser por meio do site da Sefaz (sefaz.al.gov.br) ou pelo Telegram (@nise_sefaz_al_bot).

JOSÉ BENEDITO CAMELO DE MENDONÇA, inscrito no CPF nº 071.513.304-72, localizada na Fazenda São José, nº 101, BR 101 KM 196, São Sebastião – AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, a **Regularização da Licença de Operação – LRO** referente ao sistema de irrigação das Fazendas: Santo Antônio; Santo Antônio I; Santo Antônio II; Santo Antônio III; Bom Jesus; Santa Rita; São José e Serra; no município de São Sebastião/AL.

SANTA LUZIA MINERAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ: nº 58.488.885/0001-08, Sítio Baixa do Capim, zona rural do município de Arapiraca/AL, CEP: 57318-250, torna público que está requerendo ao Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL referente a extração de Granito e Cascalho**, localizado na zona rural do município de Arapiraca/AL. Coordenada 9°41'3.25"S, 36°39'24.28"O

Marques e Marques Empreendimentos Ltda, inscrito no CNPJ nº 32.637.778/0001-00, Situado na Rua José M Carvalho Raposo, nº61, Bairro Nova, no município de Maragogi – AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maragogi-AL, a **Renovação da sua Licença de Operação para a atividade Hotelaria (Pousada Paraíso Maragogi)**. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

O CONSORCIO CASTILHO - ARTELESTE, portador do CNPJ 44.220.841/0001-80, com sede na Av. General Luiz de França Albuquerque, 36, Guaxuma, Maceió/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), a **Renovação da Licença de Operação para o empreendimento CANTEIRO DE OBRAS**, localizado em Av. General Luiz de França Albuquerque – Rod. AL 101 Norte, Guaxuma, Maceió/AL.

MOTO POINT VEICULOS E ACESSORIOS LTDA - MOTO POINT, firma estabelecida na Avenida Candido Toledo, nº 546, Prédio, Santa Luzia, Penedo - Alagoas, CEP 57.200-000, inscrita no CNPJ nº 10.479.115/0001-64, com ramo de atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente (IMA), a **Renovação da Licença de Operação conforme a legislação ambiental vigente**.

NOME DA EMPRESA: ***EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S/A***, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. * 06.626.253/0660-98* - SITUADA: *AV MENINO MARCELO 3800 - LOJA 133 E 134 - CIDADE UNIVERSITÁRIA - MACEIÓ-AL CEP 57.073-900* . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**.

NOME DA EMPRESA: ***EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S/A***, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. * 06.626.253/0797-42* - SITUADA: *AV DOUTOR DURVAL DE GÓES MONTEIRO, 4010, SANTA LÚCIA, 57.082-160, MACEIÓ-AL* . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**.

NOME DA EMPRESA: ***EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S/A***, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. * 06.626.253/0881-48* - SITUADA: *TV CALABAR, 16, PRADO, 57.010-360, MACEIÓ-AL* . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**.

NOME DA EMPRESA: ***EMPREENHIMENTOS PAGUE MENOS S/A***, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. * 06.626.253/0563-78* - SITUADA: *AV FERNANDES LIMA, 3500, GRUTA DE LOURDES, 57.052-403, MACEIÓ-AL* . COM ATIVIDADES DE: COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**.

Vitor Hugo Pereira da Silva (CPF: 038.024.814-02), torna público que requereu ao IMA/AL, a **Autorização Ambiental para Uso Alternativo do Solo na Fazenda Santo Antônio, localizada na zona rural do município de Jaramataia/AL**. Foi solicitado Inventário Florestal, Laudo de Fauna e Plano de Compensação Ambiental.

M J COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.080.185/0001-69, localizada na Rua Padre Daniel, Nº 639, Eldorado, Arapiraca/AL, CEP: 57.306-120, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENCA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

POSTO REFORÇO 6 LTDA, firma estabelecida na Rodovia BR 101, S/Nº, Prefeito Antônio Lins de Souza, KM 78, Rio Largo, /AL, CEP: 57.100-000, inscrita no CNPJ: 11.377.428/0001-74, com ramo de atividade transporte rodoviário de produtos perigosos, torna público que requereu do instituto do meio ambiente (IMA), a **autorização de produtos perigosos-ATPP, conforme a legislação ambiental vigente**

ALAGOAS AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 16.982.376/0001-89, situada na Fazenda Cachoeira Do Imburi, Nº S/N BR 316, Cep 57. 150-000 – Zona Rural, Pilar/Al torna público que requereu ao INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - IMA/AL a **AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS – ATPR**.

ROSA MOTORS LTDA, firma estabelecida na Avenida Governador Antônio Semeão Lamenha Filho, Nº309-Jardim Tropical, Arapiraca/AL, CEP: 57.316-010, inscrita no CNPJ: 03.930.531/0007-67, com ramo de atividade revenda varejista de combustíveis, torna público que requereu do instituto do meio ambiente (IMA), a **renovação da licença de operação conforme a legislação ambiental vigente**.

RODRIGUES COMÉRCIO VAREJISTA DE AUTOMOVEIS LTDA, firma estabelecida na Avenida Governador Antônio Semeão Lamenha Filho, Nº195-Jardim Tropical, Arapiraca/AL, CEP: 57.316-010, inscrita no CNPJ: 23.065.557/0001-06, com ramo de atividade revenda varejista de combustíveis, torna público que requereu do instituto do meio ambiente (IMA), a **renovação da licença de operação conforme a legislação ambiental vigente**.

EMPRESA: **STERILINE MEDICAL LTDA** CNPJ: 14.743.572/0001-75, ENDEREÇO: RUA ABELARDO PUGLIESE Nº 35 – CONJ RES MAR HUMBERTO – JATIUA – MACEIÓ – AL CEP: 57036-020 . TORNA PUBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**, PARA ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE : 464510I COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO) .

NOME: **CPBUARQUE DE LIMA**, inscrita no CNPJ de nº 03.172.055/0001-77, situada na rua José Camelo de Freitas, 475, 1º andar, Vergel do Lago, Maceió – Alagoas, CEP: 57.015-870, com atividade de: CONFECÇÃO DE OUTRAS PEÇAS DO VESTUÁRIO. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, em Maceió, a **AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO**, para o empreendimento denominado: GALPÃO, situado na rua São José, 405, Levada – Ponta Grossa, Maceió – AL. Foram solicitados estudos ambientais.

Paulo Suruagy do Amaral Dantas (CPF:007.550.784-62), torna público que requereu ao IMA/AL, a **Autorização Ambiental para o Plano de Compensação Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas das Fazendas Campo Verde, Bom Nome e Santa Inês, Lagoa Bonita e Caibros de Amancio**, localizadas nas zonas rurais dos municípios de Batalha, Pão de Açúcar e Jacaré dos Homens/AL. Foi solicitado o Plano de Compensação Ambiental e Recuperação de Áreas Degradadas.

GLEIDLANE VALENTIM DE LIMA FERNANDES, CNPJ: **33.036.587/0001-48**, Av Em Projeto, Nº 3, Cond Recanto das Sairas Casa 312, Centro – Satuba/AL, torna público que requereu ao IMA/AL, a **REGULARIZAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO – LRO, para Comercio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**, localizado na Av Em Projeto, Nº 3, Cond Recanto das Sairas Casa 312, Centro – Satuba/AL. Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

NOME DA EMPRESA: **RPPDA SILVA – NORBRAM - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.752.873/0001-17, situada na RUA RECANTO DO SOL, Nº. 10.001 – ANEXO D - BAIRRO: CLIMA BOM - MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.071-110. – com atividades de: MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE TANQUES, RESERVATÓRIOS METÁLICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEÍCULOS. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de “REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO”, para o empreendimento denominado “NORBRAM”, situada na RUA RECANTO DO SOL, Nº. 10.001 – ANEXO D - BAIRRO: CLIMA BOM - MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.071-110. – Foi solicitado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental – (ECA).**



COOPERATIVISMO EM PROL DO JORNALISMO COM CREDIBILIDADE



JORNAL | PORTAL DE NOTÍCIAS | TV | PODCAST | GRÁFICA

CSA e CSE iniciam seletiva da Copa do Brasil

Vaga para 2026 será disputada em dois jogos, com primeiro hoje em Maceió e segundo no domingo em Palmeira dos Índios

Hoje tem CSA e CSE às 19h30 no estádio Rei Pelé. É a seletiva para vaga na Copa do Brasil 2026. Serão dois jogos, sendo o segundo no domingo em Palmeira dos Índios. O Azulão chega como terceiro colocado do Alagoano. O Tricolorido foi campeão da Copa Alagoas. Esse ano a cota inicial da Copa do Brasil foi de R\$ 830 mil. Para 2026 esse valor deve aumentar, o que torna grande a disputa por essa condição.

O CSA está trabalhando forte para estreia na Série C. Mas antes tem esse compromisso. O técnico Higo Magalhães terá a necessidade de fazer mudanças na equipe, uma vez que o lateral-direito Cedric e o zagueiro Wanderson foram dispensados e não fazem mais parte do elenco azulino.

Vidal é o nome mais cotado para ocupar a vaga na lateral direita. Quanto a dupla de zaga, Marcão e Islan são os candidatos à vaga.

Uma provável equipe é com Georgemy; Vidal; Marcão (Islan); Betão e Enzo; Camacho, Vander e Brayann; Klenisson, Guilherme Cachoeira, Igor Bahia.

O mando de campo foi definido em sorteio realizado pela Federação Alagoana de Futebol (FAF) com a presença dos dois clubes. Os ingressos custam R\$ 10 a meia-entrada e R\$ 20 a inteira para os setores da arquibancada alta e para os visitantes. Para o setor das cadeiras, a meia-entrada custa R\$ 80 e a inteira, R\$ 160.

Os pontos de venda física são a Loja Azulão, a Poly Sport do Centro, o Kiosk no shopping Pátio Maceió e a Carajás do Tabuleiro do Martins. Os ingressos também podem ser adquiridos online no site futebolcard.com.

Denis da Silva Ribeiro Serafim apita o jogo e terá como assistentes Rondinelle dos Santos Tavares e Wellington Tiago de Almeida. O quarto árbitro será José Ailton da Silva.

O segundo jogo será no domingo, dia 6 de abril, às 17h, no estádio Juca Sampaio, em Palmeira dos Índios.

O CSA acertou mais duas contratações para a sequência da temporada. O executivo de futebol azulino, Jadson Oliveira, confirmou o acerto com o zagueiro Luiz Gustavo e o volante Kevyn. A dupla é ex-Atlético-GO e fica até o fim da Série C.

Luiz Gustavo e Kevyn se apresentaram e trabalham com o elenco no Centro de Treinamento.

AGENDA DE JOGOS

(sem data) América-RN x CSA (CNE)

12/4 CSA x Anápolis (SC)

19/4 ABC x CSA (SC)

26/4 CSA x Náutico (SC)

3/5 Ypiranga x CSA (SC)

10/5 CSA x Maringá (SC)

17/5 Tombense x CSA (SC)

24/5 CSA x Confiança (SC)



CSA deve ter mudanças na escalação diante do CSE, para primeira partida da decisão que vale importante vaga na Copa do Brasil 2026

CRB começa a vender ingressos para Série B

Vai começar a Série B. E os ingressos para a partida entre CRB e Chapecoense, que acontece neste sábado, às 16h, válida pela 1ª rodada do Brasileiro, já estão disponíveis de forma antecipada. Para essa partida, o Clube de Regatas Brasil inicia uma nova promoção de R\$ 15 para arquibancada baixa.

Altas custam R\$ 40 e a grande arquibancada será R\$ 30. Cadeiras ficam por R\$ 150. Sócio Galo Fiel de todas as categorias têm prioridade no check-in no site do Futebol Card ou no app "Sócio Torcedor CRB".

COTAS

A Liga Forte União (LFU) e a Liga do Futebol Brasileiro (Libra) atuaram em con-

junto para finalizar a venda dos direitos de transmissão da Série B. A negociação, feita em conjunto pelas ligas, foi tocada por Gabriel Lima, ex-CEO do Cruzeiro e atual diretor-executivo da LFU.

Apesar de ainda não haver definição oficial, os clubes receberão um valor mínimo maior do que em relação ao último ano. Os clubes

receberão, ao menos, R\$ 14 milhões como garantia mínima pela venda de cotas. Em 2024, o valor mínimo era de R\$ 10 milhões.

Além desse valor, haverá duas outras fontes de receita. Uma pequena parte repassada em função dos acordos fechados para a Série A e um valor adicional pela venda das cotas.



Yuri Alberto é a grande referência no ataque do Corinthians

ESTREIA

Corinthians encara Huracán pela Copa Sul-Americana

Corinthians e Huracán fazem hoje suas estreias no grupo C da Copa Sul-Americana 2025. O duelo da 1ª rodada acontece a partir das 19h (horário de Brasília), na Neo Química Arena. As equipes dividem a chave com o América de Cali, da Colômbia, e Racing, do Uruguai.

O Corinthians estreia na Sul-Americana em busca do seu primeiro título dessa competição. A vaga para essa edição veio após eliminação na 3ª fase da Pré-Libertadores. O elenco Alvinegro chega com moral para estreia nessa quarta-feira, após conquistar o título estadual em cima do Palmeiras, e encerrar um jejum de quase seis anos sem título. No último domingo (30), a equipe estreou no Campeonato Brasileiro com time reserva diante do Bahia, em Salvador.

O empate por 1 a 1 foi definido após Héctor Hernández marcar seu primeiro gol pelo clube. A preocupação para comissão foi Yuri Alberto,

único titular que atuou, mas que saiu com dores no ombro no intervalo. O atacante será reavaliado para saber sua condição para o duelo continental. Já Rodrigo Garro tende a ser desfalque certo, já que o meia passa por problemas no joelho na temporada e deve ser afastado para uma recuperação completa.

A equipe argentina chega para estreia na Sul-Americana tentando fazer uma melhor campanha em relação a sua última participação no torneio. Em 2023, o time foi eliminado na fase de grupos com três derrotas, dois empates e apenas uma vitória. O Huracán faz um bom começo de temporada, estando na 4ª posição do Campeonato Argentino com 22 pontos em 11 jogos.

Atualmente, o Huracán é dirigido pelo argentino de 64 anos Frank Kudelka. O treinador não tem no comando do clube desde a temporada 2024, sendo sua terceira passagem pelo clube.

Pressionado, São Paulo enfrenta hoje o Talleres na estreia da Libertadores

Talleres e São Paulo se enfrentam nesta quarta-feira, às 21h30 (de Brasília), Estádio Mario Alberto Kempes, em Córdoba (ARG), em jogo válido pela 1ª rodada da fase de grupos da Libertadores. O Talleres participou de cinco edições da Libertadores. No total, disputou 28 partidas, com dez vitórias, oito empates e dez derrotas. Na última partida, pelo Campeonato Argentino, empatou com o Belgrano por 1-1 na última rodada.

Enquanto o São Paulo disputa sua 23ª edição da Libertadores e já conquistou 3 títulos (1992, 1993 e 2005). No total, jogou 209 partidas, com 101 vitórias, 52 empates e 56 derrotas. No último final de semana, o Tricolor estreou no Campeonato Brasileiro e empatou com o Sport por 0-0, com o atacante Calleri perdendo um pênalti. Eliminados pelo Palmeiras na semifinal do Campeonato Paulista no dia 10 de março, o São Paulo teve 18 dias até a estreia no Campeonato Brasileiro. A expectativa, portanto, era de uma evolução técnica. O resultado e o desempenho tricolor no Morumbi, porém, foram além do esperado. Isso aumentou a pressão sobre Zubeldia.

O meia Oscar foi relacionado para a partida contra o Talleres, quarta, na Argentina, na estreia do São Paulo na Conmebol Libertadores. O jogador participou do treino com o elenco.

Oscar foi desfalque no jogo contra o Sport, sábado, pelo Brasileiro, por causa de uma pequena lesão na coxa. É possível, porém, que ele inicie a partida em Córdoba entre os reservas — há cautela da comissão técnica para



Celleri perdeu pênalti na estreia do Brasileiro no último sábado

não agravar o quadro.

Já o meia Lucas permanecerá em São Paulo em tratamento de dores no joelho que ele sente desde a semifinal do Campeonato Paulista.

Uma equipe provável para a partida contra o Talleres tem Rafael; Igor Vinicius, Arboleda, Alan Franco e Wendell; Luiz Gustavo, Marcos Antônio (Oscar) e Alisson; Luciano, Ferreira e

Calleri.

QUARTA-FEIRA

21h30 Universidad de Chile x Botafogo
21h30 Talleres x São Paulo
23h Atlético Nacional x Nacional

QUINTA-FEIRA

19h Bahia x Internacional
19h Sporting Cristal x Palmeiras
21h30 Deportivo Táchira x Flamengo

SUL-AMERICANA Vasco terá desfalques contra o Melgar

Melgar e Vasco da Gama vão jogar pela primeira partida da fase de grupos da Copa Sul-Americana hoje às 19h, no Estádio Monumental Virgen de Chapi, no Peru. A partida é válida pelo grupo G, que além dos dois clubes que se enfrentarão nessa noite, ainda tem o Lanús, da Argentina, e Puerto Cabello, da Venezuela.

O Melgar se classificou para a Copa Sul-Americana após ser eliminado na terceira fase da Copa Libertadores, para o Cerro Porteño, após perder no jogo em casa por 1 a 0 e no jogo fora por 4 a 2. No Campeonato Peruano, o clube está invicto, com 5 vitórias em 5 jogos. O atacante Bernardo Cuesta é o único desfalque da equipe da casa para o jogo de logo mais.

Já o Vasco chega empolgado para a partida depois de vencer o Santos, de virada, por 2 a 1 na estreia do Campeonato Brasileiro, com gols de Nuno Moreira e Vegetti. O cruzmaltino estava sem entrar em campo desde o dia 8 de março, quando perdeu a segunda semifinal do Campeonato Carioca para o Flamengo, por 2 a 1. O técnico Fábio Carille não poderá contar com dois jogadores David e Estrella, que já estavam entregues ao DM. É provável que Carille repita a escalação que venceu o Santos.

JOGOS DE HOJE

19h Corinthians x Huracán
19h Melgar x Vasco
21h30 Sportivo Luqueño x Grêmio
21h30 Vitória x Universidad Católica-EQU

TOP News

Elenilson Gomes
elenilsonontopnews@gmail.com

MILIONÁRIOS DA FORBES

O fundador da Tesla, Elon Musk, lidera o ranking anual de bilionários da revista Forbes em 2025, publicado nesta terça-feira (1°). Ele acumula um patrimônio de US\$ 342 bilhões. No ano passado, o francês Bernard Arnault, presidente do grupo de luxo LVMH, ocupava a primeira posição, mas foi ultrapassado por Musk no mês seguinte à divulgação da lista. Hoje, ele está em quinto lugar, com US\$ 178 bilhões. A segunda e a terceira posição são ocupadas por Mark Zuckerberg, CEO da Meta, e Jeff Bezos, fundador da Amazon, respectivamente. A primeira mulher da lista é a norte-americana Alice Walton, herdeira do Walmart, que acumula US\$ 101 bilhões.

PROJETO SEIS & MEIA

O Rei do Forró Alcymer Monteiro faz show imperdível dia 12 abril, dentro da programação 2025 do Projeto Seis e Meia. Abrindo a noite no Teatro Gustavo Leite, o alagoaníssimo Chau do Pife. O Projeto Seis e Meia em Maceió é uma realização Sue Chamusca Arte e Assessoria. Os ingressos estão à venda no Viva Alagoas, Maceió Shopping, na loja Cantão, em Jatiúca e no site www.ingressodigital.com.

SHOW ÉPICO EM MACEIÓ

No próximo dia 12 de abril, Maceió recebe o maior festival de forró do planeta. O famoso Festival Atemporal, da banda Calcinha Preta, chega ao Paraíso das Águas com bandas que marcaram gerações. No Arena Celebration, na praia de Jacareica, em um palco 360°, a banda Calcinha Preta, com quase três décadas de história, traz as clássicas músicas de forró lançadas em diferentes épocas, mostrando que a lendária banda transcende todo o tempo. Numa noite onde o público viverá o inesquecível, a banda Calcinha Preta fará um show com duração de três horas. Além disso, outros artistas renomados participam da grande festa do forró: Márcia Felipe, Eliane, Bom do Brasil, Eliane Martins e participações de Raíed Neto, Marlus Viana, Berg Rabelo e Dennis Nogueira. Os ingressos podem ser adquiridos no site <https://festivalatemporal.com.br/> ou nos pontos físicos.

VILA DA PÁSCOA

A Prefeitura promove, do dia 4 a 27 de abril, a Vila de Páscoa. Em 2025, serão dois pontos da cidade dedicados à valorização do artesanato e da gastronomia local. A iniciativa vai funcionar todos os dias da semana, no Parque Centenário, no bairro Farol, e na Praça Gogó da Ema, na Ponta Verde, das 16h às 22h. No Parque Centenário, os visitantes encontrarão tanto artesanato quanto gastronomia, enquanto a estrutura montada na Praça Gogó da Ema será voltada, de forma exclusiva, para a venda de produtos manuais, que serão expostos em casinhas temáticas. Todos os expositores fazem parte da Economia Solidária do município de Maceió.



A coluna TopNews destaca duas queridas amigas, mãe e filha, duas gerações especiais em nossa sociedade. A filha é uma super arquiteta e a mãe uma odontóloga infantil que tem seu consultório sempre repleto. Estamos falando das queridas Jéssica Jucá Torres, em companhia da sua mãe, Kalina Jucá, elas são sucesso naquilo que fazem e merecedoras do nosso carinho e da nossa admiração. Parabéns, amigas, vocês são especiais!

OUTONO'25
CANTÃO
NA ENTRE
& VISTA

Cantão celebra a liberdade e o poder da escolha na nova coleção de Outono'25. Intitulada 'Instante', a coleção representa a beleza de viver o agora de forma intensa explorando diferentes caminhos sem medo de sermos nós mesmas. E as empresárias Andréa e Moacira Cunha convidam você para viver essa liberdade. A nova coleção já começa a chegar às araras da loja Entre & Vista, localizada na Galeria Victoria Place, Ponta Verde. Vale a pena conferir!

HARMONIZAÇÃO
NO BRACI

Você sabia que no Braci, além de se deliciar com os melhores cortes de carne, além de outras opções no menu, você ainda pode harmonizar o seu jantar com os rótulos exclusivos da carta de vinhos da casa? Tudo isso num ambiente super aconchegante e agradável. A casa está localizada no Ritz Lagoa da Anta, em Cruz das Almas, e é uma excelente opção para qualquer dia da semana! Informações e reservas pelo telefone (82) 2121-4000.



Ele é um orgulho para o nosso Estado, projetando o nome de Alagoas para todo país. Sua capacidade de trabalho é merecedora dos nossos aplausos. Jurista renomado, divide seu tempo entre a capital alagoana e Brasília. Estamos falando do ministro Humberto Martins, um nome consagrado na Justiça brasileira. Parabéns, ministro, você é um nome que eleva o status de Alagoas com sabedoria e visão privilegiada. Você é merecedor dos nossos aplausos, amigo!

LAVAGEM PREMIUM

Empresários Daniel Cunha e Henrique Dória, nomes de sucesso quando falamos em lavanderias industriais, estão recebendo elogios mil da nossa sociedade feminina pela qualidade e cuidado com a lavagem de vestidos de festa, de noivas e das grifes mais desejadas. Com equipamentos de ponta e profissionais qualificados, a Clean Express vem prestando um serviço irrepreensível com materiais super delicados. A Clean Express está localizada no coração da Ponta Verde e tem realizado um trabalho brilhante, que merece os nossos aplausos. Parabéns, Henrique e Daniel! Parabéns, Clean Express! Telefone 82 3231-6964.



Elas são mulheres especiais, empresárias de sucesso e donas de grandes valores. Elas são empoderadas, mães amadas pelos seus filhos e duas grandes damas que enaltecem o valor da mulher alagoana. Estamos falando de Dinha Tenório e Angela Maciel, que hoje recebem a nossa homenagem, nosso carinho e afeto. Parabéns, amigas, vocês são mulheres especiais que sempre merecerão os nossos aplausos!